

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO
PUC/COGEAE

**Professores de Ensino Religioso em escolas
confessionais de São Paulo: relações entre atuação
e formação profissional**

VANESSA CRISTINA DA CUNHA CAIRES

São Paulo – SP

2016

VANESSA CRISTINA DA CUNHA CAIRES

**Professores de Ensino Religioso em escolas
confessionais de São Paulo: relações entre atuação
e formação profissional**

Monografia apresentada ao curso de Especialização em Ciências da Religião, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – COGEAE, como pré-requisito para a obtenção do título de especialista em Ciências da Religião, orientada pelo prof. Dr. Afonso Maria Ligório Soares (In Memoriam) e pelo Prof. Dr. Eulálio Avelino Pereira Figueira.

São Paulo – SP

2016

BANCA

Prof. Dr. João Décio Passos

Prof. Dr. Wagner Lopes Sanchez

Prof. Dr. Eulálio A. P. Figueira

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Afonso Maria Ligório Soares, que orientou o despontar desta pesquisa e tão gentil e profissionalmente conduziu as reflexões aqui presentes (in memoriam).

Ao Prof. Dr. Eulálio Avelino Pereira Figueira, por orientar a fase decisiva e final do trabalho, e por todo seu apoio acadêmico ao longo do curso de especialização.

Aos Professores Dr. Wagner Lopes Sanchez e Dr. João Décio Passos, pela leitura atenta e pelas observações finais à conclusão da monografia.

Aos Professores do curso de Especialização em Ciências da Religião da PUC/SP, pelo aprofundamento teórico e pelo estudo cuidadoso do universo religioso ligado à educação.

Aos professores de Ensino Religioso que participaram das entrevistas, material-base de estudo para esta pesquisa, pelo empenho e tempo despendidos.

Ao meu tio Benjamin Souza Cunha, pelo incentivo permanente em pensar a vida à luz das religiões.

Ao meu cunhado Rodrigo Antunes Caires, pela parceria na leitura aplicada rumo à finalização do trabalho.

Ao meu marido Renato Antunes Caires e à nossa filha Helena Cunha Caires, por todo amor e parceria na vida.

RESUMO

Embora cursos para formação de professores de Ensino Religioso estejam presentes na pós-graduação, há pouquíssimos cursos de graduação nesta disciplina, a despeito de sua oferta ser prevista na Constituição Federal e objeto de discussão em um Parâmetro Curricular Nacional Específico (PCNER). Além disso, o perfil dos docentes de Ensino Religioso não é bem conhecido. No presente estudo, o objetivo primordial é suprir essa carência de informações a respeito destes profissionais, e para tanto foi feita uma entrevista semiestruturada com seis questões a sete professores da rede privada que ministram aulas de Ensino Religioso, em escolas confessionais católicas. Foi observado que a maioria dos docentes é graduada em outras áreas de Humanidades, como Sociologia, Filosofia ou Pedagogia. Parte dos entrevistados utilizou material fornecido pela própria escola e teve pouca autonomia para implementar ou mesmo elaborar os planos de aula, e praticamente nenhum deles fez menção do PCNER. Uma discussão sobre os modelos de Ensino Religioso (catequético, teológico e de Ciências da Religião) é também realizada neste estudo, bem como uma crítica ao alcance e resultados concretos obtidos após a publicação dos PCNER. É advogado aqui que o Ensino Religioso deve ser tratado de forma científica, como uma ferramenta para o respeito a todos os credos e formação de uma ética coletiva.

Palavras-chave: Ensino Religioso, PCNER, catequético, Ciências da Religião,

ABSTRACT

Although courses for Religious Education teacher training are present in post-graduation programs, there are few of these courses in the college, despite his availability is provided for in the Brazilian Federal Constitution and it is the subject of discussion in a specific Parameter Curriculum National (PCNER). In addition, profile of Religious Education teachers is not well known. In this study, the primary goal is to meet this need for information regarding these professionals, and to do so a semi-structured interview was made, asking six questions for seven teachers from the private network who teach religious education classes in Catholic schools. It was observed that most teachers graduated in other areas of humanities, such as Sociology, Philosophy or Pedagogy. Also, part of respondents used material provided by the school and had little autonomy to implement or prepare lesson plans, and virtually none of them made mention of PCNER. A discussion of the models of Religious Education (catechetical, theological and religious studies) is also performed in this study, as well as a critique of the reach and tangible results after the publication of PCNER. It is herein advocated that Religious Education should be treated in a scientific way, as a tool for respect for all faiths and formation of a collective ethics.

Keywords: Religious Education, PCNER, catechism, Religion Sciences.

SUMÁRIO

Introdução.....	1
Capítulo I – Constituição da disciplina Ensino Religioso.....	3
1.1 Histórico da disciplina Ensino Religioso.....	3
1.2 Ensino Religioso como componente curricular: o que e como ensinar?	7
Capítulo II – O perfil dos professores de Ensino Religioso.....	13
2.1. Metodologia da pesquisa.....	14
2.2. Análise das entrevistas.....	15
2.2.1 Perfil dos participantes e análise das respostas dos entrevistados.....	15
2.2.2 Questão 1.....	17
2.2.3 Questão 2.....	19
2.2.4 Questão 3.....	21
2.2.5 Questão 4.....	23
2.2.6 Questão 5.....	25
2.2.7 Questão 6.....	27
2.3. Relação entre a formação do profissional de Ensino Religioso e sua prática de ensino.....	30
2.3.1 Entre o dizer e o fazer pedagógico.....	30
2.3.2 Entre o que pensam os docentes e o que escrevem os teóricos.....	33
Capítulo III – Desafios do Ensino Religioso	
3.1. Epistemologia do Ensino Religioso.....	36
3.2. Formação do professor de Ensino Religioso.....	37
Conclusões.....	41
Referências Bibliográficas.....	41
Anexos.....	44

Introdução

Identificar quem é o profissional de Ensino Religioso e como é a sua formação nos ajuda a repensar o que se espera idealmente deste profissional e qual seria a formação básica para atuar nesta área de ensino. Como esta é uma área de conhecimento ainda recente no Brasil – oficialmente parte do currículo nacional a partir da LDB 9394-96 –, há muito a ser explorado e pesquisado, sobretudo quanto à docência. É tão importante quanto saber sobre qual a abrangência desta disciplina é refletir sobre o profissional que atualmente se encarrega de planejar e ministrar essas aulas aos alunos e ter uma ideia mais clara a respeito desta carreira profissional: haveria um percurso acadêmico mais adequado para quem ministra esta disciplina?

As Ciências da Religião já se firmaram no Brasil nos níveis de pós-graduação *latu sensu* com reconhecimento pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e *strictu sensu* – mestrado e doutorado. Mas os cursos de graduação são recentes e não são oferecidos em todos os estados. Estes cursos ainda, por incorrerem na alegação de que servem a ideologias religiosas institucionais, assim com suas licenciaturas, receberam resposta negativa do Ministério da Educação, alegando a laicidade no ensino e autonomia das confissões religiosas, e por isso acabam não sendo estabelecidos nas faculdades e ofertados aos alunos.

Nos PCNER – Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso – é declarado que quem deve atuar nessas aulas são os profissionais de áreas afins como História, Geografia, Filosofia, ou outras da educação como profissionais das Letras ou da Pedagogia. Mas a formação em nível superior para o profissional de Ensino Religioso ainda é incerta; há em alguns estados brasileiros, mas a oferta não se dá em rede nacional. Dessa maneira, a formação desses profissionais é bastante diversa e acreditamos que o curso ministrado pelos docentes fica suscetível aos princípios e orientações de cada profissional e instituição de ensino, sem uma orientação regular oriunda de formação acadêmica científica.

A pouca oferta de cursos superiores pautados nos estudos das Ciências da Religião nos deixa interrogações quanto à formação dos profissionais que lecionam

Ensino Religioso nos diferentes estabelecimentos de ensino. Os profissionais que atuam nesta área não fizeram o curso regular de graduação para lecionar esta disciplina, e para eles o Ensino Religioso não foi a primeira opção em sua formação profissional. O que levaria, então, estes profissionais a escolher o Ensino Religioso como disciplina a se lecionar? A formação acadêmica que receberam é suficiente para ministrar esta disciplina? O curso de pós-graduação em Ensino Religioso ou de Ciências da Religião é determinante para a elaboração de um currículo que respeite a diversidade religiosa sem privilegiar uma em especial ou o estabelecimento de ensino é quem orienta e determina como será a formação religiosa em sua escola?

Conhecer os profissionais que atuam nesta área do conhecimento tem uma pretensão final: corroborar o perfil médio dos profissionais de Ensino Religioso e suas práticas¹ ou repensar quais seriam os percursos profissionais esperados para quem é responsável por esta disciplina ainda em formação, porém parte do currículo de escolas públicas e privadas pelo país.

Acredito que esta pesquisa possibilite repensar a formação em nível superior dos cursos ministrados ao profissional que trabalha em Ensino Religioso, visando à crescente melhora desta área de ensino.

Para este trabalho, a análise será pautada em cinco livros-chave: 1) *Ensino Religioso: a construção de uma proposta*, de João Décio Passos, e 2) *Religião e Educação: da Ciência da Religião ao Ensino Religioso*, de Afonso M. L. Soares, que fazem a defesa do modelo de Ensino Religioso pautado na Ciência da Religião como o mais coerente nesta área do conhecimento; 3) *Ensino Religioso e formação docente*, organizado por Luzia Sena, que oferece discussões sobre a realidade e os desafios da formação de professores nesta área de ensino em diversas regiões do Brasil; 4) *Teologia e Educação: educar para a caridade e solidariedade*, organizado por Eulálio Figueira e Sérgio Junqueira, que aborda a relação humanizadora entre educação e religião; e 5) *Compêndio de Ciências da Religião*, organizado por João Décio Passos e Frank Usarski, material de apoio para estudo acadêmico desta área de conhecimento.

¹ Distante de pensar que o grupo selecionado para a pesquisa reflete completamente o quadro de professores que atua nas diferentes redes de ensino, esta pesquisa visa ser somente uma mostra de quem são estes profissionais com base no perfil de profissionais de grandes redes de ensino de São Paulo.

CAPÍTULO I

CONSTITUIÇÃO DA DISCIPLINA ENSINO RELIGIOSO

A disciplina Ensino Religioso passou a fazer parte oficialmente do currículo escolar no Brasil a partir da Constituição de 1988, mas, ainda após sua promulgação, muitas mudanças na legislação educacional fizeram com que o seu papel na grade curricular brasileira não ficasse muito bem estabelecido, em alguns casos a disciplina é tratada forma facultativa, em outros simplesmente não é ministrada, sem que autoridades ligadas à Educação fizessem cumprir esse dever/direito do currículo nacional.

Traçaremos a seguir um breve histórico dessa disciplina ao longo do século XX até sua presente situação e em seguida faremos uma apresentação de como as orientações curriculares contemporâneas direcionam o Ensino Religioso atualmente, relacionando-o às mais recentes reflexões de pesquisadores brasileiros sobre essa área do ensino.

1.1 Histórico da disciplina Ensino Religioso

Durante os Regimes Colonial e Monárquico, o Brasil esteve subjugado ao governo português e dele recebeu orientação para a condução dos rumos econômicos e políticos, e nisto se incluem as diretrizes para a educação. Como a Colônia preservava estreita relação entre sociedade e igreja, as orientações educacionais asseguravam o Ensino Religioso como uma disciplina escolar, pois o objetivo era formar alunos que se integrassem aos “valores da sociedade”². As diretrizes traçadas para a educação naquele período respondiam aos interesses

² FONAPER, 1999, p. 22.

políticos da monarquia³ e, desse modo, o catolicismo ligado a Roma passou a orientar a disciplina escolar que desenvolvia evangelização como forma de disseminar a religião oficial.

Sob a influência dos ideais positivistas, a separação entre Igreja e Estado foi um dos grandes pilares da instituição do regime republicano de governo. Na primeira Constituição da República, a expressão “será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos oficiais de ensino”⁴ rompia com a responsabilidade de se ensinar religião nas escolas sob o argumento de que a laicidade do Estado preservava o direito de liberdade de crença religiosa.

Nos anos que se seguiram ao início da República, muitos decretos e emendas buscavam de um lado assegurar o princípio de liberdade e expressão religiosa por parte de seus cidadãos, e por outro a manutenção do estado desligado de confissão religiosa. Em caráter facultativo, a Constituição de 1934 assegurou no seu artigo 153 que o ensino religioso deveria ser de matrícula facultativa, e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno, manifestada pelos pais e responsáveis. Na Constituição de 1937, no artigo 133, o Ensino Religioso perde seu caráter de obrigatoriedade e não faz parte dos compromissos de mestres e alunos. Já a Lei Maior, em seu artigo 141, parágrafo 7º, pretendia reafirmar o dever do Estado em garantir a liberdade religiosa do cidadão que frequenta a escola: “É inviolável a liberdade de consciência e crença, e assegurando o livre exercício dos cultos religiosos, salvo o dos que contrariam a ordem pública e dos bons costumes”. Mas ao redigir a Lei de Diretrizes e Bases 4024/61, pouco do último texto foi desenvolvido e a redação da Constituição de 1934 foi repassada quase integralmente. E na Lei de Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, de nº 5692/71, repete os documentos oficiais das constituições de 1968 e 69, incluindo o Ensino Religioso no sistema escolar da rede oficial de ensino⁵.

³ Essa relação, por sua vez, não foi livre de tensões, que chegaram ao ponto de ordens católicas como as dos jesuítas entrarem em conflito com colonos e a Coroa Portuguesa, até finalmente ser expulsas do Brasil e exiladas. Isso, no entanto, não acarretou uma mudança na visão de que os índios deviam ser catequizados segundo a fé católica, muito influente em Portugal na época. Mais detalhes em RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pp. 56-63..

⁴ FONAPER, 1999, p. 25.

⁵ FONAPER *op. cit.*, 25-27.

Com a Constituição Federal de 1988 houve um grande avanço em favor do Ensino Religioso como disciplina. A nova Constituição diz no artigo 210, parágrafo primeiro que:

“O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o direito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo”.

Parágrafo 1º - Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

Parágrafo 2º - Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituídas pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso [...]”.

Ainda assim, ficava incerto o direcionamento que deveria tomar a disciplina. Como afirmava o Parágrafo 1º, os sistemas de ensino é que deveriam regulamentar e definir os conteúdos e, desse modo, o ensino escolar não teria ainda como se desvincular das instituições religiosas – e nem parecia essa a pretensão educacional, pois ainda o sistema público de ensino não tinha se desenvolvido e se preparado para isso. A pouca habilidade do gerenciamento do que seria o Ensino Religioso por parte da esfera pública ficava ainda evidente neste trecho no Parágrafo 2º, quando afirmava que “os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituídas pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de dezembro de 1996 trouxe para os documentos oficiais contemporâneos da Educação pela primeira vez a noção de confessionalidade, ou seja, de comprometimento com uma religião, como podemos ler no excerto a seguir.

"O ensino religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, sendo oferecido, sem ônus para os cofres públicos, de acordo com as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis, em caráter:

I - confessional, de acordo com a opção religiosa do aluno ou do seu responsável, ministrado por professores ou orientadores religiosos preparados e credenciados pelas respectivas igrejas ou entidades religiosas;

II - interconfessional, resultante de acordo entre as diversas entidades religiosas, que se responsabilizarão pela elaboração do respectivo programa."

Esse termo presente no discurso oficial de um documento de educação gera estranhamento por supor a possibilidade de proselitismo no ambiente escolar. Ainda que esse ensino fosse ao encontro das expectativas de alguns dos alunos e seus responsáveis, possivelmente não teria como contemplar todas as confissões religiosas e isso causaria exclusão. Ainda que o aluno optasse pelo ensino interconfessional, como sugere o parágrafo 2º, o conteúdo ensinado seria "resultante de acordo entre as diversas entidades religiosas, que se responsabilizarão pela elaboração do respectivo programa". Desse modo, somos levados a pensar se religiões pouco representadas numericamente fariam parte desse grupo responsável pela elaboração de um plano curricular que visaria a atender diferentes segmentos religiosos.

No ano seguinte, por força de debates de grupos como o FONAPER – Fórum Nacional Permanente de Ensino Religioso – que se dedicaram exclusivamente a pensar o objeto de ensino e a identidade da disciplina é que a Lei nº 9475, de julho de 1997, modificou o artigo 33 da atual Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e deu ao Ensino Religioso o caráter didático desvinculado da confissão religiosa, tornando-o integrante do currículo escolar.

"O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários

normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

Parágrafo 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

Parágrafo 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso⁶."

No ano seguinte, por força da Resolução nº 02.98, é que o Ensino Religioso se qualificou como área de conhecimento junto às demais áreas historicamente integrantes do currículo escolar, como podemos ler nas Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental, artigo 3º, inciso IV:

“Em todas as escolas deverá ser garantida a igualdade de acesso para alunos a uma base nacional comum, de maneira a legitimar a unidade e a qualidade da ação pedagógica na diversidade nacional. A base comum nacional e sua parte diversificada deverão integrar-se em torno do paradigma curricular, que vise a estabelecer a relação entre educação fundamental e a vida cidadã através de articulação entre vários dos seus aspectos, como: saúde, sexualidade, vida familiar e social, meio ambiente, trabalho, ciência e tecnologia, cultura, linguagens; as áreas de conhecimento: Língua Portuguesa, Língua Materna (para populações indígenas e migrantes), Matemática, Ciências, Geografia, História, Língua Estrangeira, Educação Artística, Educação Física e Educação Religiosa, na forma do art. 33 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996”.⁷

Atualmente, mesmo com a força da lei federal que assegura o Ensino Religioso dentro das escolas, outros desafios se põem diante de quem ensina esta disciplina: quais são os temas e os conteúdos a serem ensinados nesta disciplina?

⁶ Fonte <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/19475.htm>

⁷ Fonte <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb02_98.pdf>

Quais seriam os métodos avaliativos mais adequados para os diferentes níveis escolares? Quem são os profissionais que, capacitados, devem atuar para ministrar estas aulas? Estas são algumas indagações que cercam os horizontes dos profissionais que atuam nesta área.

1.2 Ensino Religioso como componente curricular: o que e como ensinar?

Enquanto ainda muito se discute a implementação de leis que assegurem o Ensino Religioso como disciplina inserida numa área de conhecimento, sobretudo nas escolas públicas, outra ponta importante da relação escolar precisa ser colocada em pauta: o que se deve ensinar nas aulas de Ensino Religioso. Antes de avançarmos na reflexão sobre conteúdos, habilidades e competências a serem desenvolvidas, devemos reafirmar a importância de valorizar a religiosidade dos seres humanos, sobretudo das crianças, por se encontrarem no processo de formação de identidade. O educador Mário Sérgio Cortella destaca no seu artigo para o livro *Ensino Religioso e formação docente* a importância do cuidado em respeitar a religiosidade das crianças.

“Independente de seguir uma religião formal ou não, todos os seres humanos têm o que chamamos de religiosidade, ou seja, um sentimento que questiona ou crê sobre forças superiores e anteriores que nos podem auxiliar, proteger, punir, apoiar ou castigar. Isso significa que a presença da religiosidade na vida de uma criança, assim com sua reflexão e conversa, é fundamental”. (CORTELLA, 2006, p.17)

O mesmo educador, ao final de sua reflexão, afirma ainda que “O Ensino Religioso é parte fundamental da tarefa educativa e, como tal, precisa de robusta base científica, religiosidade consciente, solidez pedagógica e compromisso cidadão”. Mas garantir tais pressupostos não é tarefa fácil, já que para assegurar “base científica” ao Ensino Religioso é preciso que mais cursos de formação básica e formação continuada sejam disseminados pelo país; para atingir a “religiosidade

consciente”, são necessários profissionais que se disponham a buscar em seu trabalho imparcialidade frente às diferentes manifestações religiosas sem permitir que suas crenças sejam transmitidas, como fazem os demais professores de humanidades, que, comprometidos com o ofício de educar, não fazem de seu espaço expositivo momento de divulgação e persuasão política e ideológica, por exemplo; “solidez pedagógica” só é conseguida por meio de pesquisa acadêmica e tempo para que os caminhos pedagógicos já percorridos tenham uma relação dialética com as diretrizes de ensino, ou sejam reformulados a fim de atingir melhor competência na área; e por fim, “compromisso cidadão” é o que se espera de qualquer pessoa comprometida com uma sociedade menos preconceituosa e mais fraterna, sobretudo quando o que está em xeque é o respeito à diversidade religiosa.

Mas o que seria mesmo importante de se ensinar nas aulas de Ensino Religioso? Atualmente, o documento que rege o Ensino Religioso são os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso, PCNER, e eles sugerem cinco eixos organizadores de conteúdo⁸ para os quatro ciclos do Ensino Fundamental de nove anos:

- 1) Cultura e Tradições Religiosas (filosofia, história, psicologia e sociologia das tradições religiosas):

É o estudo do fenômeno religioso à luz da razão humana, analisando questões como função e valores da tradição religiosa, relação entre tradição religiosa e ética, teodiceia, tradição religiosa natural e revelada, existência e destino do ser humano nas diferentes culturas;

- 2) Escrituras Sagradas e Tradições Orais (revelação; história das narrativas sagradas; exegese; contexto cultural):

São os textos que transmitem, conforme a fé dos seguidores, uma mensagem do Transcendente, em que, pela revelação, cada forma de afirmar o Transcendente faz conhecer aos seres humanos seus mistérios e sua vontade, dando origem às tradições. E estão ligados ao ensino, à pregação, à exortação e aos estudos eruditos;

⁸ FONAPER 1999, p. 50-56.

- 3) Teologias (divindades; verdades de fé; vida após a morte):
É o conjunto de afirmações e conhecimentos elaborados pela religião e repassados para os fiéis sobre o Transcendente, de modo organizado e sistemático;
- 4) Ritos (rituais; símbolos⁹; espiritualidades):
É a série de práticas celebrativas das tradições religiosas que formam um conjunto de rituais, símbolos e espiritualidades;
- 5) Ethos (alteridade; valores; limites):
É a forma interior da moral humana em que se realiza o próprio sentido do ser. É formado na percepção interior dos valores, de que nasce o dever como expressão da consciência e como resposta do próprio “eu” pessoal. O valor moral tem ligação com um processo dinâmico da intimidade do ser humano e, para atingi-lo, não basta deter-se à superfície das ações humanas. Essa moral está iluminada pela ética.

O documento oficial que rege o Ensino Religioso descreve para cada ciclo uma lista de objetivos didáticos e conteúdos. Mas talvez, mais do que delinear e seguir um manual com orientações pré-definidas com estratégias e abordagens delineadas por um documento, fosse importante repensar qual a orientação geral que deve nortear o Ensino Religioso como campo de reflexão.

Passos (2007) discute a existência de três vertentes de pensamento que atualmente conduzem os trabalhos com o Ensino Religioso e os descreve como “modelos” que, mesmo ocorrendo numa certa sequência cronológica, acabam coexistindo nas “práticas sempre híbridas”, considerando o “aspecto da mudança que [ao longo dos anos] faz que um modelo novo preserve em si elementos do anterior”¹⁰. Os modelos a que Passos se refere são: catequético, teológico e o das Ciências da Religião; acentua que não são os únicos e que não refletem a total realidade dessas práticas, mas “captam as propensões predominantes”¹¹.

⁹ NASSER, 2006, 23.

¹⁰ PASSOS, 2007, p. 55.

¹¹ Ibidem, p. 52.

O modelo catequético, segundo este autor, é o “mais antigo; está relacionado, sobretudo, a contextos em que a religião gozava de hegemonia na sociedade”¹², tem como método a doutrinação, como objetivo a expansão das Igrejas, uma cosmovisão unirreligiosa e está sob responsabilidade das confissões religiosas¹³. Trata-se de um modelo que mantém até hoje, direta ou indiretamente, muitas práticas patrocinadas pelas Igrejas, o que acaba, contudo, ferindo os princípios de laicidade do ensino. Passos observa que:

“paradoxalmente, a modernidade tem favorecido a sobrevivência da abordagem catequética no âmbito das escolas como uma solução política viável para a relação entre Igreja e o Estado, na qual se estabeleceu que assuntos religiosos não podem ser competência do Estado leigo.”¹⁴

O modelo teológico “se constrói num esforço de diálogo com a sociedade plural e secularizada”¹⁵, possui uma cosmovisão plurirreligiosa, tem como fonte a antropologia, como objetivo a formação religiosa dos cidadãos e também está sob responsabilidade das confissões religiosas¹⁶.

Essa concepção de Ensino Religioso, segundo Passos,

“procura uma fundamentação para além da confessionalidade estrita, de forma a superar a prática catequética na busca de uma justificativa mais universal para a religião, enquanto dimensão do ser humano e como um valor a ser educado”¹⁷.

A ação pedagógica deste modelo está embasada em fundamentos antropológicos e teológicos, no entanto, dá margem para que o modelo catequético permaneça na prática, pois “cada religião, ao assumir a condução do ER, pode

¹²PASSOS, 2007, p.54

¹³ Ibidem, p. 59

¹⁴Ibidem, p. 54

¹⁵ Ibidem, p.54

¹⁶ Ibidem, p. 63

¹⁷ Ibidem, p. 60

estender para dentro da escola suas comunidades confessionais e suas reproduções doutrinais”¹⁸, por isso, “mesmo embasado [na] antropologia e na convicção do respeito às diversidades, o risco desse modelo afigura ser o de uma catequização disfarçada, não tanto pelos seus conteúdos, mas pela responsabilidade ainda delegada às confissões religiosas”¹⁹.

No intuito de romper com os dois modelos anteriores, o modelo das Ciências de Religião “fornece referências teóricas e metodológicas para o estudo e o ensino da religião como disciplina autônoma e plenamente inserida nos currículos escolares”²⁰, possui uma cosmovisão transreligiosa, tem como objetivo a educação do cidadão e está sob responsabilidade da comunidade científica e do Estado²¹.

O modelo das Ciências da Religião toma como pressuposto do Ensino Religioso a formação e educação do cidadão, reconhecendo a “religiosidade e a religião como dados antropológicos e socioculturais que devem ser abordados no conjunto das demais disciplinas escolares”²². Isso porque compreende que,

“O conhecimento da religião faz parte da educação geral e contribui com a formação completa do cidadão, devendo, assim, estar sob responsabilidade dos sistemas de ensino e submetido às mesmas exigências das demais áreas do saber que compõem os currículos escolares”²³.

Esse modelo tem sido amplamente discutido e desenvolvido no campo da epistemologia do Ensino Religioso, mas está ainda longe de ser consolidado na prática diária dessa disciplina no país. Essa dificuldade se deve ao fato de que conflitam com ele antigas práticas já arraigadas de Ensino Religioso, interesses (ou

¹⁸ PASSOS, 2007, p. 61.

¹⁹ Ibidem, p. 64

²⁰ Ibidem, p.54

²¹ Ibidem, p. 66

²² Ibidem, p. 65

²³ Ibidem, p. 65

desinteresses) políticos, monopólios de Igrejas cristãs, e falta de formação dos agentes educativos, em vários níveis.

Não é fácil mudar um paradigma, ainda mais quando este já está constituído há tanto tempo. A mudança é um processo contínuo e sempre presente. Há sempre aqueles que se esforçam para acolher as novas ideias, buscando meios para compreendê-las, outros apenas se adaptam sem esforço e reflexão, e, ainda há os que são contra, sempre, a qualquer tipo de mudanças. As mudanças podem provocar tanto situações de resistência como de busca de crescimento e abertura ao novo.

Capítulo II

O PERFIL DOS PROFESSORES DA DISCIPLINA ENSINO RELIGIOSO

Para conhecer, mesmo que brevemente, a forma com que a disciplina Ensino Religioso é ministrada em sala de aula, optamos por fazer pesquisa de campo com alguns profissionais da área. Por limitações de tempo e de alcance, restringimos nosso escopo de investigação aos professores que: a) trabalham na cidade de São Paulo, nossa cidade-base de pesquisa; b) atuam na rede privada de ensino, pois percebemos que a disciplina, por ser oferecida de forma facultativa na rede pública, deixa de fazer parte da grade curricular de algumas escolas – e discutiremos a não ocorrência da disciplina neste capítulo; c) atuam em escolas de confissão católica, pois, por manter contato com maior número de profissionais ligados a essa inclinação religiosa, asseguraríamos número razoável de entrevistados que seguem – ou que imaginávamos seguir – o mesmo perfil de trabalho, assim poderíamos analisar melhor quais seriam as variáveis em orientações de trabalho semelhantes.

Para a pesquisa de campo, optamos por fazer entrevistas com professores que atuavam em sala de aula no ano da pesquisa, 2014, ou que estavam ligados diretamente ao ensino escolar, como na orientação e coordenação pedagógica, por exemplo. Optamos por entrevistar professores por meio de questionários pré-definidos, com seis questões amplas ligadas à sua formação e ao seu modo de atuação em sala de aula, quando ministrante da disciplina Ensino Religioso. Todos os entrevistados sabiam que estavam participando de uma pesquisa para fins acadêmicos e seu resultado seria publicado, mas que seus dados pessoais seriam preservados. Visamos dessa maneira garantir que eles respondessem à entrevista sem receio de expor suas ideias e sem comprometimento com sua atividade profissional.

Neste capítulo optamos por explicitar inicialmente a metodologia da pesquisa que escolhemos utilizar; em seguida fizemos breve apresentação dos participantes, para identificar características importantes de sua identidade profissional, como a relação entre idade e tempo de atuação na área de ER; para melhor análise das

respostas, optamos por fazer uma reorganização dos dados coletados que fizeram parte de nosso questionário, agrupando para cada questão todas as respostas dos seis entrevistados, seguida por análise das intenções que tínhamos ao selecionar uma questão e não outra para fazer parte de nosso método de pesquisa e ainda análise das respostas dos entrevistados; por fim, buscamos traçar uma relação entre a identidade do profissional de ER e sua prática de ensino, verificando o quanto ela se aproxima (ou não) das orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Religioso, como a filosofia da instituição escolar influencia a prática de aula do ER e como a cosmovisão do profissional de ensino orienta o planejamento escolar, aproximando esta análise à luz das reflexões de pesquisadores brasileiros contemporâneos.

2.1 Metodologia da pesquisa

Embora exista uma polêmica²⁴ a respeito do uso de entrevistas em estudos científicos, mesmo nas Ciências Humanas, e que procedimentos deste tipo podem prejudicar, se mal feitos, a obtenção de dados objetivos, entrevistar ainda é a melhor forma de obter informações primárias sobre diversos temas em Sociologia e muitas outras áreas de Humanidades. Para que esse objetivo de obter boas informações seja atingido, uma série de pré-requisitos deve ser seguida. Para as sociólogas Boni e Quaresma, boa investigação requer proximidade e, de alguma maneira, envolvimento entre entrevistador e entrevistados:

Para se obter uma boa pesquisa é necessário escolher as pessoas que serão investigadas, sendo que, na medida do possível estas pessoas sejam já conhecidas pelo pesquisador ou apresentadas a ele por outras pessoas da relação da investigada. Dessa forma, quando existe uma certa familiaridade ou proximidade social entre pesquisador e pesquisado as pessoas ficam mais à vontade e se sentem mais seguras para colaborar. (BONI; QUARESMA, 2005, p. 76²⁵)

²⁴ DUARTE, 2004, 65.

²⁵ BONI; QUARESMA, 2005, p. 76.

Como método de coleta de dados para melhor analisar o perfil dos profissionais de Ensino Religioso, optamos por fazer entrevista semiestruturada²⁶ com sete educadores que estão em sala de aula e ministram a disciplina na rede privada de ensino de São Paulo. Por maior facilidade de contato com os sujeitos de nossa análise, todos eles fazem parte de instituições ligadas à confissão católica. Mesmo sabendo que a pouca variedade dos participantes da pesquisa poderia enviesar nossa pesquisa, procuramos analisar as variáveis ao ministrar a disciplina ER em orientações de trabalho semelhantes.

Cinco dos sete entrevistados faziam parte de nossas relações de trabalho e acadêmicas, e isso facilitou a devolução dos questionários. Ressaltamos também que por manter contato com os sujeitos de nossa pesquisa, procuramos ao mesmo tempo garantir participação de profissionais da área na coleta de dados, mas com distanciamento necessário para a análise das informações pesquisadas.

2.2 Análise das entrevistas

A análise das entrevistas visa perscrutar, por meio do discurso dos professores que atuam em sala de aula ministrando a disciplina Ensino Religioso, traços do perfil desses profissionais e de que maneira sua formação, profissional e pessoal – já que estamos lidando com tema que tange a esfera pessoal do indivíduo – interfere em seu planejamento e em sua prática de ensino.

2.2.1 Perfil dos participantes e análise das respostas dos entrevistados

²⁶ BONI; QUARESMA, *op. cit.*, p. 73.

Entrevistado 1 (E1): 33 anos; formada em Pedagogia, com curso de 2 anos de Teologia e de 1 ano em Ciências da Religião, trabalha na rede privada, ano/série escolar de atuação: 5º ao 9ºano, número de aulas semanais: 5º, 6º e 7ºanos duas aulas por semana/ 8ºe 9ºanos uma aula por semana, tempo de atuação como professor de ER: dois anos;

Entrevistado 2 (E2): 43 anos, formada em Estudos Sociais, com pós-graduação em Ensino Religioso, trabalha na rede privada, ano/série escolar de atuação: 8º e 9º ano, número de aulas semanais: duas, tempo de atuação como professor de ER: aproximadamente 20 anos;

Entrevistado 3 (E3): 36 anos, formada em Pedagogia, com especialização em Ensino Religioso Escolar e Ciência da Religião, trabalha na rede privada, ano/série escolar de atuação: Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) e Ensino Médio, número de aulas semanais: 19, tempo de atuação como professor de ER: 5 anos;

Entrevistado 4 (E4): 33 anos, licenciada em Filosofia, com especialização em Ensino Religioso Escolar e Ciência da Religião (em andamento), trabalha na rede privada, ano/série escolar de atuação: 9º ano do EF II, 1º e 2º anos do EM, número de aulas semanais: 9º anos duas aulas; 1º e 2º anos, uma por semana, tempo de atuação como professor de ER: 5 meses;

Entrevistado 5 (E5): 53 anos, formada em Pedagogia, com especialização em Ensino Religioso, trabalha na rede Privada, ano/série escolar de atuação: 6º e 7º ano – fundamental II, número de aulas semanais: 16, tempo de atuação como professora de ER: 20 anos;

Entrevistado 6 (E6): 52 anos, licenciada em Letras (Português), com especialização e Mestrado em Ciências da Religião, trabalha na rede privada, ano/série escolar de atuação: 3º ano do EF, número de aulas semanais: 2 aulas, tempo de atuação como professor de ER: 9 anos;

Entrevistado 7 (E7): 39 anos, Formada em pedagogia, com pós-Graduação em Ensino Religioso Escolar, trabalha na rede privada, ano/série escolar de atuação: 6º e 8º ano, número de aulas semanais: 2 aulas semanais, tempo de atuação como professor de ER: 4 anos.

Após a apresentação do perfil dos entrevistados, faremos breve análise do material coletado por meio dos questionários. Para melhor compreender o mapa das questões, resolvemos reunir as respostas dos sete entrevistados de acordo com cada pergunta, pois acreditamos que assim facilitaria a leitura e o quadro geral do material coletado. As respostas aos questionários assim como foram coletadas se mantêm na íntegra no anexo deste trabalho.

2.2.2 Questão 1

1) Como surgiu seu interesse por lecionar a disciplina de Ensino Religioso?
E1: Sempre fui uma pessoa espiritualizada e o conhecimento das religiões me fascina.
E2: Minha família sempre foi e é muito participante das pastorais da igreja católica, e eu também comecei a atuar junto. Participei como catequista Curso de Batismo e Coordenadora de catequese por muitos anos. Um dia conversando com o padre da minha comunidade ele me fez um convite para dar aulas de Ensino Religioso na escola da congregação dele. Aceitei o convite e voltei para a faculdade, fiz a pós-graduação na área. Abandonei a área de Geografia que foi minha 1ª formação e me encantei pelo Ensino Religioso.
E3: Surgiu por meio da participação em pastoral paroquial da religião católica e convite para trabalhar com o mesmo numa escola católica vinculada à igreja (a escola associou o engajamento na comunidade religiosa ao perfil docente ao Ensino Religioso).
E4: Na verdade, nunca pensei ou planejei lecionar Ensino Religioso. Sempre trabalhei lecionando filosofia e sociologia. Nos últimos anos também lecionei história. Essas três disciplinas sempre fizeram parte da minha trajetória de sete anos de docência. Entretanto, durante o curso de especialização em Ciências da Religião (2013-2014), e por meio de uma grande amiga, surgiu uma oportunidade de lecionar nessa área de Ensino Religioso. Hoje, contratado, encaro esse desafio de lecionar essa disciplina.

E5: Desde a adolescência, 12 anos, participava de grupo de estudo bíblico e História da Igreja na comunidade da Paróquia orientada pelos padres missionários do Verbo Divino e pela Irmãs Missionárias Servas do Espírito Santo, na minha cidade de origem. Com 16 anos já lecionava curso de Crisma nas comunidades rurais. Depois, na vida religiosa aprofundei o curso de filosofia e teologia e optei pelo Ensino Religioso e a catequese como meio de pastoral comprometida com a vida do povo, especialmente os mais abandonados.

E6: O meu interesse pelo Ensino Religioso faz parte de minha própria experiência de vida. Nascida em uma família cristã católica, cujos genitores eram engajados na Igreja local. Depois, fiz uma longa experiência na Vida Religiosa (24 anos) que muito me ajudou tanto no conhecimento e encantamento quanto no amadurecimento de minha fé e no querer partilhá-los com os demais.

E7: Comecei trabalhando no colégio como professora polivalente das séries iniciais. Lecionava as disciplinas de Português, Matemática, Ciências, Geografia e Ensino Religioso. Era muito difícil dar conta da disciplina de ER, pois faltava base teórica, comecei a fazer a pós para me instruir e melhor ensinar meus alunos.

O objetivo dessa questão era analisar como havia surgido o interesse em lecionar Ensino Religioso nos entrevistados. Partimos do pressuposto que as pessoas que ministram aulas dessa disciplina desde cedo apresentam grande intimidade com assuntos ligados à religião, fazendo parte de ritos, cerimônias, de forma atuante ou como expectador, e que essa vivência tenha influenciado sua decisão profissional.

Percebemos nos entrevistados, de maneira geral, que eles associam intimamente o objeto de estudo da disciplina que eles escolheram com sua cosmovisão pessoal. Em muitos casos, a iniciação do adepto e sua participação de ritos começa desde a infância, período da vida em que a criança, por se encontrar em desenvolvimento, aprende e se apropria de valores apregoados pela família (PIAGET, 2003). Este é o caso da E2, que afirma que iniciou sua vivência religiosa no seio familiar: “Minha família sempre foi e é muito participante das pastorais da igreja católica, e eu também comecei a atuar junto. Participei como catequista Curso de Batismo e Coordenadora de catequese por muitos anos. Um dia conversando com o padre da minha comunidade ele me fez um convite para dar aulas de Ensino Religioso na escola da congregação dele”; os entrevistados E5 e E6 relatam que também foram iniciados da mesma maneira: “Desde a adolescência, 12 anos,

participava de grupo de estudo bíblico” e “Nascida em uma família cristã católica, cujos genitores eram engajados na Igreja local”. Em geral, os profissionais de outras disciplinas nem sempre se envolvem tão precocemente com o assunto que ministram.

2.2.3 Questão 2

2) Quais materiais são seus referenciais para a elaboração do planejamento de Ensino Religioso?
E1: Livros didáticos que focam o ER como área do conhecimento, além de revistas e artigos.
E2: Seguindo a orientação da coordenação e a linha pedagógica que a escola desenvolve, procuro consultar: os PCNs, a verticalidade da área, livros da série/ano e os projetos que serão desenvolvidos no ano escolar.
E3: A escola não adota livro ao aluno. Por isso há uma liberdade para construir as aulas com materiais diversos, com apoio de recursos audiovisuais e pesquisas. Abaixo, seguem os principais para o trabalho com os alunos e formação continuada docente: <ul style="list-style-type: none"> • ANTUNES, Celso. Manual de técnicas de dinâmica de grupo, de sensibilização, de ludopedagogia. 23 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987. • BIGHETO INCONTRI, Dora. BIGHETO, Alessandro. Todos os Jeitos de Crer. Ensino Inter-religioso. Volumes 1 a 4. Ensino Fundamental. São Paulo: Ática, 2009. • DIÁLOGO. Revista de Ensino Religioso. São Paulo: Paulinas. • PARANÁ (Estado). Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. O Sagrado no Ensino Religioso. Curitiba, 2008. • FONAPER. Parâmetros Curriculares do Ensino Religioso. São Paulo, Ave Maria, 1999. • PASSOS, João Décio. Ensino Religioso; construção de uma proposta. São Paulo: Paulinas, 2007. • PASSOS, João Décio; USARSKI, Frank (Org.). Compêndio de Ciência da Religião. São Paulo: Paulinas: Paulus, 2013.
E4: No colégio Santa Marcelina há um planejamento específico para essa disciplina. Esse documento é seguido pela Rede de Educação Marcelinas. É seguindo a orientação desse documento que planejo minhas aulas.
E5: PCNs do Ensino Religioso, Lei de Diretriz de Base e alguns temas de livros de Ensino Religioso da Paulus, Paulinas e Vozes.
E6: A rede jesuíta de educação tem um programa próprio para o Ensino Religioso que vislumbra a Espiritualidade Inaciana própria à Companhia de Jesus. Portanto, o conteúdo do Ensino Religioso no EI e EFI é conforme a dinâmica da Espiritualidade bebida na fonte dos Exercícios Espirituais de

Inácio de Loyola.

E7: Em primeira instancia as planilhas de habilidades e conteúdos da disciplina de ER do Colégio. Também os livros didáticos de ER que estão no mercado de editoras.
--

Para esta questão, pretendíamos analisar quais são os referenciais teóricos usados por cada entrevistado. Sabemos que os materiais oficiais norteadores da disciplina são bastante superficiais, visto que a própria disciplina, apesar de participar historicamente da grade curricular das escolas, é oferecida facultativamente e sob críticas de muitos educadores e formadores de opinião que invocam o estado laico de direito.

Em nossa análise, percebemos que os entrevistados responderam de três maneiras diferentes. Por exemplo, os entrevistados E1 e E5 afirmaram usar os PCNs e livros didáticos, sem, no entanto, mencionar que livros seriam: “Livros didáticos que focam o ER como área do conhecimento, além de revistas e artigos” e “PCNs do Ensino Religioso, Lei de Diretriz de Base e alguns temas de livros de Ensino Religioso da Paulus, Paulinas e Vozes”. Por sua vez, a maior parte dos entrevistados – E2, E4, E6 e E7 – segue instruções normativas orientadas pela escola, de acordo com sua tradição confessional: “Seguindo a orientação da coordenação e a linha pedagógica que a escola desenvolve...”; “... há um planejamento específico para essa disciplina. Esse documento é seguido pela Rede de Educação...”; “A rede jesuíta de educação tem um programa próprio para o Ensino Religioso...”; “Em primeira instancia as planilhas de habilidades e conteúdos da disciplina de ER do Colégio”. Há ainda um entrevistado que mencionou utilizar, além dos textos oficiais e as orientações da escola, materiais didáticos e paradidáticos como vídeos, entre outros recursos, como percebido na resposta do E3.

Chama-nos a atenção que quatro de sete entrevistados afirmam que usam como principal norteador de seu planejamento de aula as orientações fornecidas pela escola. Podemos supor que, por mais que essas orientações estejam em consonância com os documentos oficiais, a identidade confessional da escola pode se sobrepôr ao estudo científico das religiões. Essa forma de norteamento do

planejamento de aula pela instituição confessional sugere que há um direcionamento unirreligioso a ser seguido pelo profissional da disciplina Ensino Religioso.

Segundo Passos (2007), essa forma de ensino se aproxima de uma doutrinação, seguindo modelos pré-estabelecidos de trato pedagógico, nomeado por ele de modelo catequético:

“O modelo catequético de ER terá sempre uma territorialidade confessional subjacente, estando demarcado, portanto, por uma visão unirreligiosa, ou seja, pela visão que caracteriza a própria confissão que se expande”. (p. 59)

2.2.4 Questão 3

3) Segundo sua percepção sobre o ambiente escolar em que leciona, qual é o valor dado pela escola – grupo de professores, orientação pedagógica e direção educacional – para esta disciplina?
E1: No local onde trabalho a disciplina de ER ainda não é compreendida como área do conhecimento. É vista como uma “aula” livre ou que “reforma” o aluno.
E2: O valor do ensino religioso na escola que leciono, está fundamentado na Formação integral do cidadão, o espaço que a escola proporciona para que nas aulas de ensino religioso seja trabalhado a compreensão do Fenômeno Religioso e a alteridade é de grande valor. Procuro conduzir os alunos a reflexões sobre temas atuais e importantes, como: Cultura da Paz, Diálogo, Solidariedade, Defesa da Vida, Bullying, Meio Ambiente entre outros, sempre buscando o bem maior que é a vida e o respeito consigo, com o outro, com o universo, à diversidade cultural e religiosa.
E3: O ER encontra-se num período de transição. Gestões anteriores não o assumiram com o seu devido valor à formação integral dos educandos (infelizmente, há histórico de ocupação das aulas no passado para atividades de outras disciplinas). Gradativamente percebe-se mudança na mentalidade da comunidade escolar e compreensão do mesmo como componente curricular no conjunto das demais disciplinas. Este é um desafio que vem sendo conquistado aos poucos.
E4: A escola discursa no sentido de que a disciplina deve possuir as mesmas prerrogativas que outras. Seja da burocracia até o conteúdo pedagógico, o Ensino Religioso deve possuir o mesmo <i>status</i> que, por exemplo, a disciplina de física. Os professores possuem uma visão limitada da área, por vezes, até infantil. Isso talvez se deva a atuações anteriores à minha que produziram uma visão medíocre, ou por desconhecimento total do fenômeno religioso como objeto de estudo. A orientação pedagógica e a direção educacional, assim me parece, encaram a disciplina como necessária. Contudo, meu trabalho tem se tornado solitário nas últimas semanas.

E5: Faz parte da essência do Colégio, buscando caminhos para uma estruturação.

E6: No Colégio São Luís, como em toda obra da Companhia de Jesus, o Ensino Religioso tem um caráter de grande importância, uma vez que Inácio de Loyola, ao fundar o primeiro Colégio da Companhia de Jesus, tinha o intuito de evangelizar pela educação. Assim, o Departamento de Formação Cristã é muito caro ao Colégio São Luís. Procuramos ser fortes no Acadêmico e também na formação humana e espiritual. E o Ensino Religioso, na Companhia de Jesus, abrange tanto a Ciência quanto ao âmbito humano-espiritual.

E7: As irmãs em geral dão muita importância e valorizam muito disciplina, pois acreditam na força da formação humana. A coordenação pedagógica valoriza a disciplina enquanto área do conhecimento, mas com algumas ressalvas, a disciplina não pode ser muito exigente, o número de notas vermelhas deve ser mínimo, caso contrário solicita ao professor para rever os conteúdos e os critérios da disciplina. O grupo de professores valoriza a participação de formação humana que a disciplina proporciona aos alunos, contando com a disciplina como uma parceira no desenvolvimento integral do aluno.

O intuito desta questão é avaliar entre os entrevistados não somente se a educação religiosa é valorizada dentro do ambiente escolar, mas também se existe uma interlocução entre o planejamento e as práticas pedagógicas executadas nesta disciplina e as realizadas em outras disciplinas.

Um dos entrevistados (E1) afirmou que “a disciplina de ER ainda não é compreendida como área do conhecimento”, outros dois (E3, E4) citaram que houve progressos na compreensão do ER como uma disciplina integrada às demais, porém ressaltaram que “Gestões anteriores não o [a] assumiram com o seu devido valor à formação integral dos educandos”, ou “Os professores possuem uma visão limitada da área, por vezes, até infantil. Isso talvez se deva a atuações anteriores à minha que produziram uma visão medíocre, ou por desconhecimento total do fenômeno religioso como objeto de estudo”. Nos casos em que houve uma compreensão mais articulada do Ensino Religioso, este usualmente foi associado a temas como meio ambiente e cidadania – o que pode ser depreendido nas respostas dos entrevistados E2, E6 e E7 (o sujeito E2, por exemplo, mencionou que procura “conduzir os alunos a reflexões sobre temas atuais e importantes, como: Cultura da Paz, Diálogo, Solidariedade, Defesa da Vida, Bullying, Meio Ambiente entre outros”).

Com base no universo de respostas dos entrevistados, nós constatamos que nem sempre a gestão da escola valorizou o Ensino Religioso; ademais, tem-se a

impressão de que as escolas em que tal valoração se fez mais presente são aquelas de orientação mais confessional.

Passos (2007) delineou três modelos de Ensino Religioso, como indicado no capítulo 1. Embora ele não advogue explicitamente um modelo em detrimento de outro, nota-se que o das Ciências da religião parece ser o favorito deste autor (que menciona apenas um senão, de passagem em uma tabela²⁷, de tal modalidade pedagógica de ER). Nas palavras dele:

“[O modelo de Ciências da Religião] consiste em tirar as decorrências legais, teóricas e pedagógicas da afirmação do ER como área de conhecimento”. (p. 65)

Desse modo, os pressupostos pedagógicos do ER devem estar vinculados às metodologias mais modernas e objetivas de estudo das demais áreas de conhecimento das Ciências Humanas, como a Antropologia, a Historiografia, ou mesmo evidências científicas das Ciências Naturais – como ordinariamente se faz para tentar explicar coisas como milagres, ou as circunstâncias da morte de Jesus na cruz. O que se espera, ao fim e ao cabo de um planejamento pedagógico, é que o ensino desta disciplina seja feito de forma crítica e interligada não apenas de maneira tangencial com noções de cidadania e bullying, por exemplo, mas com as grandes questões da humanidade abordadas nas matérias de História, Sociologia, Geografia etc. A julgar pelas respostas dos entrevistados, este caminho está ainda longe de ser atingido.

2.2.5 Questão 4

4) Os conteúdos e habilidades prescritos para sua disciplina correspondem ao que você acredita ser mais adequado? Faria alguma alteração significativa?
E1: As habilidades e conteúdos trabalhados no colégio onde atuo contempla as competências significativas para o desenvolvimento do aluno.
E2: Sim, quanto às alterações elas podem e são feitas a cada planejamento trimestral ou anual.

²⁷PASSOS, *op. cit.*, p. 66

E3: Sim, correspondem em sua maioria. Porém, direcionaria mais os conteúdos para os eixos temáticos integrantes do currículo do ER (culturas religiosas, tradições religiosas, teologias, escrituras e tradições orais sagradas, ritos e ethos), mas o modelo adotado pela escola é o teológico e ele corre o risco de ceder ao proselitismo próprio do modelo catequético de Ensino Religioso e não somente o modela da Ciência da Religião, ou seja, os conteúdos transitam entre os diversos modelos formando um próprio da escola.
E4: Com cinco meses de trabalho não possuo as ferramentas para avaliar criticamente o planejamento da disciplina. Porém, percebo que o tempo real não condiz com o ideal do documento. O amadurecimento de habilidades depende de tempo, coisa que não tenho devido a carga de conteúdo e os muitos processos avaliativos que devo cumprir. Essa rapidez (ou burocratização da avaliação) não é exclusiva à minha disciplina, mas a todas. Nesse período final do ano (último trimestre) pretendo compreender o que é possível e plausível, para então, sugerir algumas ideias.
E5: Em termos de conteúdo gosto muito. A dificuldade é atualizar a didática e encontrar uma metodologia atraente para conquistar cada vez mais o público adolescente.
E6: Sim, tanto os conteúdos quanto as habilidades estão de acordo com a faixa etária e são acompanhados por um Assessor de Área que conversa regularmente com cada professor de Ensino Religioso.
E7: Algumas habilidades são bem significativas e correspondem ao que espero enquanto ER. Porém há muitas habilidades de caráter subjetivo em que o desenvolvimento da mesma só cabe ao aluno, às experiências e valores que acreditam ser mais adequados à sua vida. Com certeza, se eu pudesse faria algumas alterações sim.

Ao perguntar sobre o planejamento escolar de Ensino Religioso e a disposição para fazer mudanças nele, pretendíamos saber se o profissional de ER está satisfeito com o trabalho que realiza em seu lugar de trabalho. Muitas vezes, encontramos dissonância entre o que o professor de ER pretende atingir com seus alunos e o que é estabelecido pela escola. Dentre nossos entrevistados, percebemos que a quase totalidade deles está satisfeita com o planejamento – conteúdos e habilidades – proposto pela escola: E1 – “As habilidades e conteúdos trabalhados no colégio onde atuo contemplam as competências significativas para o desenvolvimento do aluno”; E2 – “Em termos de conteúdo gosto muito”; E6 – “Sim, tanto os conteúdos quanto as habilidades estão de acordo com a faixa etária”.

Um dos entrevistados, E3, admite que em sua escola o planejamento está em consonância com o modelo teológico de ER e se identifica com essa abordagem de ensino. Mas manifestou preocupação com o fato de que esse modelo poderia ser

ceder ao proselitismo, tomando feições de um modelo catequético²⁸: “Sim, correspondem em sua maioria. Porém, direcionaria mais os conteúdos para os eixos temáticos integrantes do currículo do ER (culturas religiosas, tradições religiosas, teologias, escrituras e tradições orais sagradas, ritos e ethos), *mas o modelo adotado pela escola é o teológico e ele corre o risco de ceder ao proselitismo próprio do modelo catequético de Ensino Religioso*” (grifos nossos).

Embora seja salutar constatar que os educadores estejam satisfeitos em seu trabalho, chama-nos a atenção o fato de que o planejamento parece sofrer muito pouca divergência, o que pode ser indicativo de pouca reflexão crítica a respeito dos textos norteadores da disciplina. Em apenas um caso, como vimos na resposta do E7, é demonstrado interesse em fazer alterações no planejamento escolar, ainda que o entrevistado não tenha detalhado como isso seria feito.

2.2.6 Questão 5

5) Você acredita que haja espaço para o ensino escolar sobre as religiões que não tenha caráter proselitista?
E1: Acredito estamos em processo para isso, pois os leigos não compreenderam que é possível conhecer as religiões sem proselitismo.
E2: Sim, se entendermos a religiosidade como dimensão humana necessária para a realização plena do homem, devemos assim desenvolver o conhecimento, o respeito e a tolerância como princípios e valores básicos na formação humana.
E3: Sim. Porém, nos espaços confessionais não deixará de existir os que defendam a evangelização por meio do ER, principalmente pelo desconhecimento da proposta da Ciência da Religião ou por não existir uma pastoral escolar consolidada.
E4: Sim, acredito que é possível ensinar sobre as religiões sem proselitismo. Entretanto, essa realidade somente seria possível a partir de um entendimento entre professores, coordenadores e diretores. É óbvio que essa convergência dependeria de uma compreensão madura e, minimamente, acadêmica da área. O desafio aqui é justamente encontrar esses elementos nas escolas. No colégio Santa Marcelina trabalho o Ensino religioso como área do conhecimento. Realizo sempre uma abordagem em consonância com a área de Ciências da Religião. Até o presente momento não encontrei resistência, ao

²⁸ Este modelo foi apresentado em detalhes no capítulo 1.

contrário, meu trabalho tem recebido elogios e manifestações de surpresa devido ao conhecimento da profundidade e complexidade do fenômeno religioso.
E5: Sim. Por isto acredito numa sociedade transformadora, voltada para a defesa da vida, baseada em valores, direitos e deveres respeitados com fundamento no Ensino Religioso contextualizado e libertador.
E6: O estudo sobre as demais religiões dá-se na 1ª série do EM. No segmento em que trabalho (EFI) refletimos mais sobre os valores humanos e as quatro relações, conforme os Exercícios Espirituais de Inácio de Loyola, o encontrar-se consigo, com o outro, com a criação e as coisas, e com Deus.
E7: No colégio em que trabalho esse espaço é muito pouco e restrito. Segundo nosso planejamento as Tradições Religiosas aparecem como conteúdo de trabalho apenas no 1º e 2º ano do ER. Nas séries iniciais o trabalho é de evangelização, que muitas vezes é tratado de maneira direta e indireta pelos professores e irmãs que dão aula.

Essa questão é a que consideramos central nas reflexões contemporâneas sobre diferentes modelos de ER. Nossa intenção era instigar os entrevistados a se posicionarem quanto a diferentes modalidades de ensino, discutindo sobre a possibilidade de se ministrar Ensino Religioso sem que o professor norteie a cosmovisão dos alunos a partir de sua própria. Se o educador de ER, de acordo com Cortella (2006) “é parte fundamental da tarefa educativa e, como tal, precisa de robusta base científica, religiosidade consciente, solidez pedagógica e compromisso cidadão”, ele terá mais instrumentos para oferecer ensino de qualidade, sem permitir que suas convicções sejam transmitidas de uma maneira que afronte o estado laico de direito.

Quanto à possibilidade de ser ou não um prosélito em sala de aula, os entrevistados afirmaram que é possível ministrar a disciplina sem catecismo, usando bases científicas, porém postura doutrinária pode ser depreendida nas falas de alguns deles.

O entrevistado 3 ressaltou que há resistência para implantar o modelo da Ciências da Religião em detrimento do catequético, mas ele próprio parece não conhecer bem os conceitos presentes em cada um dos modelos propostos por Passos (2007). Em sua resposta, ele menciona anteriormente que existe um desconhecimento sobre a proposta da Ciência da Religião, porém posteriormente invoca que melhores resultados seriam obtidos com a existência de uma pastoral, que se trata, na verdade, de uma organização catequética, frequentemente pouco

afeita a discussões científicas sobre questões religiosas, e mesmo ao diálogo ecumênico com outras religiões: “(...) principalmente pelo desconhecimento da proposta da *Ciência da Religião* ou por não existir uma *pastoral escolar* consolidada”. Por sua vez, o entrevistado 4 identifica-se com o modelo das Ciências da Religião, porém alega precisar de aval do corpo diretivo da escola. Tal resposta nos permite supor que, por mais que o professor esteja comprometido com o ensino religioso embasado em estudos científicos, ele pode ter de assumir como sua linha de trabalho as diretrizes da escola. O entrevistado 6 deixou claro a importância de aulas que contemplem a diversidade de religiões, mas somente a partir do Ensino Médio: “O estudo sobre as *demais* religiões dá-se na 1ª série do EM”. A palavra em destaque na citação sugere que o ER está centrado em apenas uma confissão religiosa, ao menos no Ensino Fundamental; no entanto, cabe-nos lembrar neste caso que o estudo mais abrangente das religiões é preconizado já neste período²⁹. O entrevistado 7 afirma que na instituição na qual trabalha, o modelo de ER utilizado aproxima-se mais do catequético e manifestou interesse em modificá-lo, se pudesse.

2.2.7 Questão 6

6) Para você, qual o grande objetivo que o Ensino Religioso deve pretender atingir com seus alunos?

E1: O ER precisar estar atualizado para conseguir fazer-se presente na vida do aluno a partir de uma abordagem que sintonize a religiosidade e o conhecimento religioso em prol de uma relação respeitosa entre as diferentes manifestações do Transcendente no mundo.

E2: O grande objetivo que o Ensino Religioso deve pretender para com os alunos é aprofundar a sua religiosidade e conhecer a religiosidade do ser humano no mundo; ser um espaço onde alunos tenham a oportunidade de partilhar suas experiências religiosas, duvidar e questionar, perguntar pelo sentido da vida e do futuro.

O Ensino Religioso é uma disciplina escolar, e seu objetivo não deve

²⁹ FONAPER, 1999.

serconverter alunos e alunas, nem ensinar a ter fé ou convencê-los a aderirem a uma determinada religião, mas sim estabelecer um diálogo respeitoso com a realidade que nos cerca.

E3: A formação cidadã por meio da reverência ao Transcendente presente no outro, tendo por ferramenta imprescindível o diálogo e respeito aos elementos básicos do fenômeno religioso e as relações entre culturas e tradições religiosas.

E4: Essa é a pergunta de um milhão de dólares. A minha resposta (que não pretende ser única) é direta e fruto de algumas leituras e, principalmente, da minha experiência religiosa.

Para além das leituras de que fiz e faço, a primeira coisa que me vem a cabeça diante desse pergunta é: educar para a transcendência (o mundo não é apenas matéria) e o respeito a diversidade (o mundo se constitui de outros).

E5: Uma contribuição para o sentido da vida, a busca da liberdade, da justiça e da verdade. O cuidado consigo mesmo, com o outro, com o universo. A construção do caminho da paz fundamentada na justiça. Ser um cidadão comprometido com os princípios citados para diminuir a distância construída pela injustiça social e um sistema capitalista cruel em detrimento da partilha, da solidariedade e do BEM VIVER. Contribuir com a formação de cidadãos, futuros profissionais comprometidos com o desenvolvimento social e político voltados para a democracia.

E6: Na Companhia de Jesus, o grande objetivo, não só do Ensino Religioso, mas da missão jesuítica é o *Magis*: ajudar os estudantes no crescimento das dimensões cognitiva, afetiva, ética, comunitária, social e espiritual e que eles se sintam comprometidos com a justiça e a busca do bem comum. O *Magis* significa preparar-se para o serviço aos demais, ser para o outro e ajudar o outro a ser.

E7: Na minha opinião é a alteridade, a capacidade de olhar o diferente seja em condições de desigualdade social ou de religião com grande respeito. Conhecer as outras religiões e de maneira mais aprofundada a sua própria religião pode possibilitar uma convivência mais harmoniosa entre os seres humanos. Dessa maneira podemos contribuir com a paz em diferentes povos e nações.

Com a pergunta acima, a intenção era descobrir qual a expectativa dos educadores em relação aos alunos ao final do curso ou, em larga medida, ao final de

sua formação escolar. Esta questão extrapola os objetivos determinados no planejamento anual para o curso de Ensino Religioso.

Em nosso entendimento, o ER deve ser focado em uma perspectiva de diálogo e compreensão abrangente de *todas* as confissões religiosas, sem passar necessariamente pela adoção de uma confissão específica. As orientações pedagógicas dessa disciplina, vistas dessa maneira, se alinham aos conteúdos para ER propostos nos PCNER, muito particularmente ao conceito de alteridade. De acordo com este documento, “alteridade [são] as orientações para o relacionamento com o outro, permeado por valores; valores [são] o conhecimento do conjunto de normas de cada tradição religiosa, apresentado para os fiéis no contexto da respectiva cultura” (p. 56).

Do universo de respostas dos entrevistados, podemos depreender dois tipos de abordagens em relação à questão posta. Um grupo entende que os objetivos do ER são promover o diálogo e o respeito entre confissões diferentes, buscando conhecimento abrangente de todas elas, o que coaduna com a nossa visão sobre o direcionamento que deve ser dado ao planejamento de ER: E3 – “A formação cidadã por meio da reverência ao Transcendente presente no outro, tendo por ferramenta imprescindível o diálogo e respeito aos elementos básicos do fenômeno religioso e as relações entre culturas e tradições religiosas” e E7 – “Na minha opinião é a alteridade, a capacidade de olhar o diferente seja em condições de desigualdade social ou de religião com grande respeito. Conhecer as outras religiões e de maneira mais aprofundada a sua própria religião pode possibilitar uma convivência mais harmoniosa entre os seres humanos”. Outro grupo preconiza que se deva conhecer profundamente as diretrizes de determinado carisma religioso e, com base em tal conhecimento, alcançar princípios como liberdade, justiça e verdade: E5 – “Uma contribuição para o sentido da vida, a busca da liberdade, da justiça e da verdade. O cuidado consigo mesmo, com o outro, com o universo. A construção do caminho da paz fundamentada na justiça” e E6 – “Na Companhia de Jesus, o grande objetivo, não só do Ensino Religioso, mas da missão jesuítica é o *Magis*: ajudar os estudantes no crescimento das dimensões cognitiva, afetiva, ética, comunitária, social e espiritual e que eles se sintam comprometidos com a justiça e a busca do bem comum”.

Percebemos que as respostas indicam dois caminhos possíveis pelos quais os entrevistados pretendem conduzir os alunos ao longo do curso de ER, o primeiro deles supõe uma cosmovisão transreligiosa e outro mais afeito ao modelo catequético, porém consideramos que ambos têm como fim a formação de cidadãos que buscam o bem em comunidade.

2.3. Relação entre a formação do profissional de Ensino Religioso e sua prática de ensino

2.3.1 Entre o dizer e o fazer pedagógico

Para a análise geral das respostas dos entrevistados, é necessário frisar que os resultados obtidos em cada questionário refletem apenas de maneira parcial o perfil dos educadores, bem como seu *modus operandi* e planejamento das aulas de ER.

Supúnhamos que a escolha profissional pela área de Ensino Religioso estaria relacionada aos seguintes fatores: perspectiva de ampliar o escopo profissional, bem como o número de aulas e, supostamente, ministrar aulas de um assunto considerado menos dispendioso ou exigente de se aprender. Essa percepção de que o ER é uma disciplina pouco rigorosa coadunaria com os relatos apresentados anteriormente de que ela não é considerada por todos os educadores e coordenadores como área de conhecimento.

O que observamos com base nas entrevistas foi que, aparentemente, grande parte dos professores de ER são pessoas que têm grande vivência em entidades confessionais, o que pode ser atestado pelo fato de que cinco dos sete entrevistados frequentam ou frequentaram noviciado³⁰. Outro aspecto digno de nota é que praticamente todos os entrevistados ingressaram no ER posteriormente a conclusão

³⁰ Etapa de formação de candidatos ao sacerdócio na Igreja Católica.

de um curso de graduação na área de Humanas – Pedagogia, Filosofia, Geografia, Sociologia – e não após curso de Exatas ou Biológicas, por exemplo. Para que não seja necessário postergar o ingresso do docente de ER nesta área de atuação, consideramos ser importante ampliar oferta de cursos de licenciatura para o Ensino Religioso para que os futuros profissionais tenham mais perspectivas de trabalho, sem ter de adentrar nessa área por meio da pós-graduação.

Pelo fato da disciplina ser bastante ampla, sentimos falta, nos entrevistados, de citações das referências teóricas básicas como, por exemplo, literatura sobre a história das principais religiões monoteístas. De forma geral, os entrevistados citaram predominantemente os PCNER como material de referência que usavam em seus planejamentos, porém gostaríamos de salientar que, para nós, este documento é superficial. Talvez pelo receio de ferir suscetibilidades – de religiosos e não-religiosos –, e também para evitar tornar a adoção formal de um ensino catequético, os PCNER parecem-nos meramente cartas de intenções sobre como deve ser o ensino religioso, estabelecendo objetivos sem, no entanto, indicar como eles podem ser atingidos.

Houve, evidentemente, casos em que os entrevistados afirmaram utilizar material suplementar aos PCNER, porém nos surpreendemos com o fato de que, na maioria das vezes, tais recursos consistiam de referências previamente determinadas pelas diretrizes da própria escola. Os problemas deste direcionamento na adoção do material para o planejamento são focar em um modelo catequético em detrimento de um plurirreligioso e o distanciamento do professor nas reflexões da condução de sua disciplina.

Por meio das entrevistas também ficou claro que a equipe pedagógica atribui importância secundária à disciplina de ER, somado ao fato de que ela é facultativa e não determinante para a reprovação escolar. Isso pode acarretar o seguinte problema: o professor, ciente da pouca legitimidade da disciplina perante boa parte da direção da escola, tende a adotar passivamente o currículo imposto pela escola ou, por outro lado, pode ministrar a disciplina como bem entende, até mesmo impondo sua cosmovisão aos alunos.

Acreditamos ser possível que o ER seja ministrado de forma acrítica e doutrinária, ao menos em alguns casos, mas não podemos concluir que isso seja

regra. Por outro lado, os problemas apontados anteriormente, bem como a pouca importância dada ao ER, são reflexo da própria organização curricular desta disciplina. A elaboração do currículo atual de ER foi iniciada em 1996 e, mesmo tendo sido concluída após mais de uma década de discussões, o PCNER ainda não representou um avanço na implantação do ER no currículo básico escolar.

Passos (2006³¹, 2007), ao mencionar os três principais modelos de ER, considerou que existe uma evolução desde o ensino catequético, tido por ele como a primeira modalidade de ensino das religiões, até o modelo Ciências da Religião, que representaria, para o autor, o mais próximo do ideal para o ensino religioso. O surgimento de diferentes modalidades de aplicação do ER só foi possível porque houve pessoas ou instituições – ou agentes históricos – com disposição para fazer mudanças em um planejamento ou prática pedagógica consolidada e incorporada à tradição. Foi com esse espírito que decidimos perguntar aos entrevistados se eles tinham ou não disposição para fazer mudanças na grade curricular e no planejamento de ER. Nossa expectativa era que os profissionais atuais teriam mais sensibilidade para modificar pontos necessários no currículo desta disciplina, mas nos deparamos com o fato de que a maioria dos entrevistados aceitou acriticamente, ou até passivamente, as prescrições da escola ao planejamento sob a responsabilidade deles. Isso nos leva a questionar se os professores estão pouco dispostos a aperfeiçoar o curso de ER. Em caso afirmativo, a perspectiva de baixo envolvimento dos docentes com melhorias no planejamento da disciplina que ministram é algo preocupante.

Uma das questões mais abordadas nas discussões de modelos pedagógicos de ER por Passos (2006, 2007) é a presença de proselitismo. Segundo este autor, e ratificamos que nós também achamos ser a melhor conduta, uma boa educação religiosa não deve ser doutrinária, e sim abordada em uma perspectiva humanista e, sempre que possível, ancorada em sólidas evidências e metodologias científicas. Ao entrevistarmos os professores, verificamos que existe um risco de que as aulas de ER se tornem prosélicas ou meramente reproduções de um catecismo típico de instituições confessionais. Além disso, foi observada em parte dos entrevistados

³¹ PASSOS, *In*: SENA, 2006, p. 21-46.

pouca compreensão dos modelos pedagógicos discutidos por vários autores como Passos (*op. cit.*), Teixeira (2006), Junqueira (2012) e Soares (2012).

As discussões sobre as motivações fundamentais a justificar a inclusão da disciplina de Ensino Religioso no currículo básico serão abordadas mais detalhadamente adiante, no próximo capítulo, mas, evidentemente, procuramos perscrutar esse fator na última pergunta que fizemos aos entrevistados. Nossa expectativa era de que eles mencionariam a alteridade como um ideal a ser atingido no planejamento das aulas de ER; de fato, boa parte deles salientou essa preocupação em fomentar um diálogo entre as diversas manifestações religiosas. No entanto, observamos que parte dos profissionais de ER parece ter como finalidade ulterior da prática pedagógica o estudo dos aspectos de uma única religião ou, no pior dos casos, a doutrinação dos estudantes em determinada confissão.

2.3.2 Entre o que pensam os docentes e o que escrevem os teóricos

Acreditamos que o ER deva ser oportunidade de reflexão e conhecimento de diferentes crenças e confissões, com o objetivo de instilar nos educandos a alteridade, ou seja, o reconhecimento da pessoa que professa uma religião, ou nenhuma, como um potencial possuidor de cosmologias válidas, ainda que muito distintas, e um cidadão igual a todos, com direitos e deveres. Todavia, consideramos que justificar a alteridade com fim último para a permanência do ER no currículo básico ainda seja insuficiente. Evidentemente, contemplar a *diversidade* de confissões religiosas é um passo importante para o ensino desta disciplina, como tanto enfatizamos anteriormente, porém uma compreensão mais acurada deste fenômeno só será atingida quando percebermos a motivação *geral*: por que tantas pessoas, no mundo, precisam de religião? Por que devemos, afinal, conhecer a religião, representada em tantas modalidades diferentes de confissões, ritos e cosmologias?

Uma contribuição mais recente a respeito de tão inquietante tema pode ser obtida no capítulo de Soares (2012) sobre educação e pluralidade religiosa. Existem valores *absolutos* (justiça, amor, solidariedade etc.) que são almejados pela grande maioria das pessoas e instituições, representando o sentido de vida a muitas delas e a *raison d'être* de muitas organizações como orfanatos, escolas, fundações e outros órgãos públicos e privados. Tais valores compõem, de acordo com o autor, a *fé antropológica* e que tem dimensão universal. Segundo o mesmo, citando o escritor e filósofo suíço Alain de Botton:

“as religiões merecem ser respeitadas ‘como repositórios de uma miríade de conceitos engenhosos, com os quais podemos tentar mitigar alguns dos males mais persistentes e malcuidados da vida secular’” (SOARES, 2012; p. 230).

Em suma, as tradições religiosas compõem o que Teixeira (2006) reputa como um “rico patrimônio espiritual³²”. Figueira (2012)³³ elaborou posteriormente este conceito, indicando que a religião representa o modo pelo qual os seres humanos organizam o conhecimento e compreendem a realidade em seu redor. Além disso, e invocando preceitos do ensaísta inglês Richard Rorty, o autor atribui à religião um poderosíssimo fator de coesão social e de busca de sentido³⁴, através do qual podemos atingir a solidariedade humana universal. Figueira considerou isso tão importante que chegou a menosprezar a visão levantada por muitos pesquisadores de que o ER auxilia a formar cidadãos mais conscientes e responsáveis. Ele achou isso pouco, e advogou que abordá-la em aula significa enfrentar as grandes questões que afetam os seres humanos nas suas relações sociais e, mais propriamente, em por que vivem de uma determinada forma, de maneira que este autor defendeu que a disciplina de ER deve ser “integrada na grade curricular dos sistemas de ensino e deve funcionar não somente como um caráter facultativo –

³²TEIXEIRA, *In*: SENA, 2006, p. 63-78.

³³FIGUEIRA, *In*: FIGUEIRA.; JUNQUEIRA, (orgs.), 2012, p. 293-313.

³⁴ Chamado por este autor de “Utopia Liberal. FIGUEIRA, *op. cit.*, p. 308.

caso o fosse, então não faria sentido dizer-se que é determinante na educação integral³⁵”.

Ainda segundo Figueira, é necessário defender a presença de ER nas escolas, mas, para isso, deve-se demonstrar que a abordagem de tal assunto acrescentará algo valioso na construção dos “referenciais éticos, estéticos, psicológicos, filosóficos, teológicos e antropológicos que nos dão ciência das atividades humanas³⁶”. Significa perceber que, mesmo em um mundo altamente secularizado e em que vigora o estado laico de direito, a religião ainda tem algo a nos dizer sobre nossa própria humanidade. Desse modo, estudar tal assunto afia nossas faculdades cognitivas e nos proporciona um arsenal epistemológico com o qual podemos compreender mais plenamente nossa sociedade e nós mesmos.

³⁵FIGUEIRA, *op. cit.*, p. 300.

³⁶FIGUEIRA, *op. cit.*, p. 302.

Capítulo III

DESAFIOS DO ENSINO RELIGIOSO

No presente estudo pretendemos discutir e defender a visão de que o ER deve ser tratado como uma área de conhecimento das Ciências Humanas, e que se trata de algo importante para o currículo escolar e, em última instância, para a formação de cidadãos conscientes, críticos e socialmente responsáveis. A existência de cursos de Ensino Religioso, por sua vez, jamais deve implicar a supressão do estado laico de direito, bem como de um ensino leigo, fundamentado na lógica formal e nos métodos científicos.

A discussão adiante levará em conta os seguintes aspectos do Ensino Religioso: a epistemologia desta disciplina, ou seja, uma discussão do conceito e dos conhecimentos necessários para os ensinamentos de religião nos dias de hoje, e a formação docente necessária para atingir estes objetivos.

3.1. Epistemologia do Ensino Religioso

Ao longo dos capítulos anteriores pudemos ao menos vislumbrar a evolução dos modelos de Ensino Religioso, passando de uma forma catequética, mais confessional e apegada às tradições de uma religião, até uma forma de ensinar – advogado por nós – que estude a religião em uma perspectiva científica. O panorama que está presente nos dias de hoje, no entanto, foi resultado de uma tensão entre uma visão de mundo que floresceu na cultura ocidental do século XIX e que procurou, mais do que modificar as concepções religiosas, desmerecê-las ou mesmo apagá-las³⁷. Uma tentativa de abandonar a metafísica não só não foi bem sucedida em tornar a vivência religiosa como algo supérfluo como instilou uma resposta no sentido de resgatar a religião – para alguns autores, resvalando em fundamentalismo e ódio à sociedade secular. O desafio, neste caso, é promover

³⁷ Como se esquecer da frase de Nietzsche: “Deus está morto”?

uma cultura da reciprocidade, na qual três valores devem ser cultivados: autoestima, cuidado pelo outro e desejo de construir instituições que promovam a justiça.

Na seção 2.3.2 discutimos a importância da cosmologia religiosa na construção de uma ética coletiva e como algo que faz parte de nossa humanidade, além de representar uma área de conhecimento que pode – e deve ser estudada objetivamente. Mas como isso pode, de fato, fazer parte do ensino regular nas escolas? Cortella (2004)³⁸ lançou mão do conceito de disciplina escolástica. Se a religião é algo que pertence ao universo da cultura e tem relevância cognitiva, ela pode compor um saber organizado, ou seja, seus elementos (fatos, ritos, crenças etc.) podem ser uma matéria formal, um objeto de estudo. Na qualidade de objetos, importa saber as razões pelas quais uma religião (ou seus ritos) interfere culturalmente e objetivamente na sociedade, mais do que acreditar ou na. Por esse motivo, o autor em questão advoga que o Ensino Religioso público jamais deve ficar sob responsabilidade das igrejas.

Ainda segundo este autor, um conhecimento real das religiões só pode ser feito por um método comparativo no qual cada fato é comparado, estabelecendo o diálogo entre visões diferentes e a interpretação dos valores presentes em cada uma dessas visões. Isso implica duas coisas: é praticamente impossível aprender religião de verdade em um ensino confessional, principalmente se este abdica de dialogar com outras confissões, e o diálogo é essencial ao conhecimento religioso – conhecimento este que nunca foi tão importante quanto o é agora.

3.2. Formação do Professor de Ensino Religioso

Ao longo deste estudo, discutimos longamente tanto a formação que os professores de Ensino Religioso possuem quanto a formação que seria ideal para estes profissionais, com base nos modelos de ER e também no texto dos PCNER – cujos escopo e sucesso serão comentados por nós adiante. Considerando que, no nosso entender, e em consonância com os PCNER, um bom docente não é um

³⁸ COSTELLA, *In*: JUNQUEIRA; WAGNER, Raul. 2011, 129-142.

especialista em Teologia ou em uma determinada religião, como formar este profissional?

Um bom professor deve ser um bom pesquisador, com capacidade de buscar e adquirir conhecimento, interpretando-o de forma não dogmática. Deve também procurar dialogar com os educandos, não como um detentor de uma sabedoria inacessível a eles, ou como o guru de um ritual iniciático, mas como o construtor de um conhecimento coletivo, fluido, do qual os alunos podem e devem participar proficuamente.

A formação dos professores no Brasil, por mais incrível que isso possa parecer, formalmente é levada a sério. Ademais, a despeito que nossa reserva ao PCNER, ele delinea os requisitos para o docente, da mesma forma que a redação dada ao Art. 13 da LDB No. 9393/96. Os maiores desafios, além de ampliar a oferta dos cursos de graduação, são aprimorar a *formação continuada* e, no dizer de Holanda (2011):

“A base da questão está associada à fundamentação curricular, que por sua vez envolve os aspectos sobre a concepção da educação e a avaliação do processo ensino–aprendizagem.³⁹”

³⁹ HOLANDA, *In*: JUNQUEIRA; WAGNER, 2011, 143-156.

CONCLUSÕES

A importância do ER precisa ser ressaltada à luz de uma compreensão dos fenômenos religiosos – e suas influências nas decisões pessoais de nossos semelhantes, e de uma *ética mundial*⁴⁰ na qual existe o respeito mútuo entre tradições predominantes e minoritárias. Neste sentido, dois eixos principais são norteadores da proposta de ensino religioso que advogamos: 1) o reconhecimento da secularização como um valor na sociedade moderna, que deve ser defendido, e 2) a compreensão de que a religião tem, por outro lado, um papel importante até os dias de hoje.

O grande desafio na prática pedagógica do ER é fazer a chamada *transposição didática*⁴¹ do conteúdo teórico em uma estratégia que aguace a curiosidade e facilite o aprendizado dos alunos. Há uma série de metodologias e formas de ensinar que, sem dúvida, podem ser incorporadas à prática do Ensino Religioso, bem como ao seu planejamento, porém cabe lembrar que a didática não pode se resumir a estes – importantes, reconheçamos – procedimentos. Em um mundo de discussão pedagógica que se enfatiza tanto a questão da transversalidade de conteúdos e formas de saber, o estudo das Ciências da Religião é uma área por excelência em que as inter-relações entre as grandes áreas das Humanidades (Literatura Antiga, História, Filosofia e Sociologia) são profundas e enriquecedoras. Apenas a título de exemplo: é impossível conhecer a história do Cristianismo sem abordar, por tabela, a história do Judaísmo, e o acesso a tais conhecimentos fica muito dificultado aos docentes – e, por extensão, aos educandos – sem noções de grego, latim e hebraico.

Para a superação dos desafios de ofertar um Ensino Religioso de qualidade, deve-se garantir que os educadores tenham sólida formação teórica e domínio, tanto quanto o possível, de todas as grandes áreas das Ciências Humanas. Por sua vez, será muito difícil atrair os profissionais mais competentes para ensinar ER sem bons

⁴⁰KÜNG, 1992.

⁴¹ TEIXEIRA, *op. cit.*, p. 140.

planos de carreira e oportunidades de emprego àqueles que pretendem ingressar nesta área; a formação de bons professores depende, ademais, de uma necessária ampliação nos cursos de licenciatura em ER. Finalmente, achamos importante enfatizar que, sem um melhor direcionamento nos esforços de fazer um parâmetro curricular mais acurado sobre Ensino Religioso, será complicado obter avanços palpáveis na área. Apesar das excelentes intenções e da frutífera discussão iniciada com a elaboração dos PCNER, muito mais esforço é necessário para que um planejamento adequado desta matéria, capaz de garantir em todo nosso país boas práticas de ER, deixe de ser apenas um sonho e torne-se realidade.

Referências Bibliográficas

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Em Tese*, v. 2, n. 1, p. 69-79, 2005.

BRASIL. LEI Nº 9.475, DE 22 DE JULHO DE 1997. Dá nova redação ao art. 33 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 22 Jul. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l9475.htm>. Acesso em: 11 Fev. 2016.

BRASIL. Resolução CEB Nº 2, de 7 de abril de 1998. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb02_98.pdf>. Acesso em: 11 Fev. 2016.

PIAGET, J. *A construção do real na criança*. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 2003.

CORTELLA, Mario Sergio. Educação, Ensino Religioso e formação docente. In: SENA, Luzia (org.). *Ensino Religioso e formação docente: ciências da religião e ensino religioso em diálogo*. São Paulo: Paulinas, 2006, p. 12.

COSTELLA, Domenico. O fundamento epistemológico do Ensino Religioso. In: JUNQUEIRA, Sérgio; WAGNER, Raul. *O Ensino Religioso no Brasil*. 2. ed. Curitiba: Champagnat, 2011, p. 129-142.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar, Curitiba*, 24, p. 213-225, 2004.

FIGUEIRA, Eulálio. Ensinar ou formar? Uma relação entre o conhecimento e o convencimento. Questões epistemológicas para o Ensino Religioso. In: FIGUEIRA, Eulálio.; JUNQUEIRA, Sérgio (orgs.) *Teologia e educação: educar para a caridade e a solidariedade*. São Paulo: Paulinas, 2012, p. 293-313

FONAPER, *Parâmetros Curriculares Nacionais; Ensino Religioso*. São Paulo: Ave Maria, 1997.

HOLANDA, Ângela Maria Ribeiro. A formação dos professores no Ensino Religioso. In: JUNQUEIRA, Sérgio; WAGNER, Raul. *O Ensino Religioso no Brasil*. 2. ed. Curitiba: Champagnat, 2011, 143-156.

KÜNG, Hans. *Projeto de ética mundial*. São Paulo: Paulus, 1992.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. *História, legislação e fundamentos do Ensino Religioso*. Curitiba: IBPEX, 2008.

_____. *O processo de escolarização do Ensino Religioso no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 2002.

NASSER, Maria Celina Cabrera. *O uso de símbolos. Sugestões para a sala de aula*. São Paulo: Paulinas, 2006.

PASSOS, João Décio. Ensino religioso: mediações epistemológicas e finalidades pedagógicas. *In: SENA, Luzia (org.) Ensino religioso e formação docente*. São Paulo: Paulinas, 2006 , p. 21-46.

_____. *Ensino Religioso: construção de uma proposta*. São Paulo: Paulinas, 2007.

PASSOS, João Décio; USARSKI, Frank (orgs). *Compêndio em Ciência da Religião*: Paulinas, 2013.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SENA, Luzia de (org.). *Ensino Religioso e formação docente: ciências da religião e ensino religioso em diálogo*. São Paulo: Paulinas, 2006.

SOARES, Afonso Maria de Ligório. *Religião e Educação: da ciência da religião ao ensino religioso*. São Paulo: Paulinas, 2010.

TEIXEIRA, Faustino. Ciências da religião e “ensino do religioso”. *In: SENA, Luzia (org.) Ensino religioso e formação docente*. São Paulo: Paulinas, 2006, p. 63-78.

ANEXOS

FICHA DO ENTREVISTADO 1

Nome: E1

Idade: 33

Formação acadêmica inicial: Magistério/Pedagogia

Formação acadêmica para ER: 2 anos de Teologia 1 ano Ciências da Religião.

Rede privada ou pública de ensino: Particular

Ano/série escolar de atuação: 5° ao 9°ano

Número de aulas semanais: 5°, 6° e 7°anos duas aulas por semana/ 8°e 9°anos uma aula por semana.

Tempo de atuação como professor de ER: dois anos.

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA 1

7) Como surgiu seu interesse por lecionar a disciplina de Ensino Religioso?

Sempre fui uma pessoa espiritualizada e o conhecimento das religiões me fascina.

8) Quais materiais são seus referenciais para a elaboração do planejamento de Ensino Religioso?

Livros didáticos que focam o ER como área do conhecimento, além de revistas e artigos.

9) Segundo sua percepção sobre o ambiente escolar em que leciona, qual é o valor dado pela escola – grupo de professores, orientação pedagógica e direção educacional – para esta disciplina?

No local onde trabalho a disciplina de ER ainda não é compreendida como área do conhecimento. É vista como uma “aula” livre ou que “reforma” o aluno.

10) Os conteúdos e habilidades prescritos para sua disciplinas correspondem ao que você acredita ser mais adequado? Faria alguma alteração significativa?

As habilidades e conteúdos trabalhados no colégio onde atuo contempla as competências significativas para o desenvolvimento do aluno.

11) Você acredita que haja espaço para o ensino escolar sobre as religiões que não tenha caráter proselitista?

Acredito estamos em processo para isso, pois os leigos não compreenderam que é possível conhecer as religiões sem proselitismo.

12) Para você, qual o grande objetivo que o Ensino Religioso deve pretender atingir com seus alunos?

O ER precisar estar atualizado para conseguir fazer-se presente na vida do aluno a partir de uma abordagem que sintonize a religiosidade e o conhecimento religioso em prol de uma relação respeitosa entre as diferentes manifestações do Transcendente no mundo.

FICHA DO ENTREVISTADO 2

Nome: E2

Idade: 43 anos

Formação acadêmica inicial: Estudos Sociais

Formação acadêmica para ER: Pós Graduação em Ensino Religioso

Rede privada ou pública de ensino: privada

Ano/série escolar de atuação: 8º e 9º

Número de aulas semanais: duas

Tempo de atuação como professor de ER: + ou - 20 anos

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA 2

1. Como surgiu seu interesse por lecionar a disciplina de Ensino Religioso?

Minha família sempre foi e é muito participante das pastorais da igreja católica, e eu também comecei a atuar junto. Particpei como catequista Curso de Batismo e Coordenadora de catequese por muitos anos. Um dia conversando com o padre da minha comunidade ele me fez um convite para dar aulas de Ensino Religioso na escola da congregação dele. Aceitei o convite e voltei para a faculdade, fiz a pós-graduação na área.

Abandonei a área de Geografia que foi minha 1ª formação e me encantei pelo Ensino Religioso.

2. Quais materiais são seus referenciais para a elaboração do planejamento de Ensino Religioso?

Seguindo a orientação da coordenação e a linha pedagógica que a escola desenvolve, procuro consultar: os PCNs, a verticalidade da área, livros da série/ano e os projetos que serão desenvolvidos no ano escolar.

3. Segundo sua percepção sobre o ambiente escolar em que leciona, qual é o valor dado pela escola – grupo de professores, orientação pedagógica e direção educacional – para esta disciplina?

O valor do ensino religioso na escola que leciono, está fundamentado na Formação integral do cidadão, o espaço que a escola proporciona para que nas aulas de ensino religioso seja trabalhado a compreensão do Fenômeno Religioso e a alteridade é de grande valor. Procuro conduzir os alunos a reflexões sobre temas atuais e importantes, como: Cultura da Paz, Diálogo, Solidariedade, Defesa da Vida, Bullying, Meio Ambiente entre outros, sempre buscando o bem maior que é a vida e o respeito consigo, com o outro, com o universo, à diversidade cultural e religiosa.

4. Os conteúdos e habilidades prescritos para sua disciplinas correspondem ao que você acredita ser mais adequado? Faria alguma alteração significativa?

Sim, quanto às alterações elas podem e são feitas a cada planejamento trimestral ou anual.

5. Você acredita que haja espaço para o ensino escolar sobre as religiões que não tenha caráter proselitista?

Sim, se entendermos a religiosidade como dimensão humana necessária para a realização plena do homem, devemos assim desenvolver o conhecimento, o respeito e a tolerância como princípios e valores básicos na formação humana.

6. Para você, qual o grande objetivo que o Ensino Religioso deve pretender atingir com seus alunos?

O grande objetivo que o Ensino Religioso deve pretender para com os alunos é aprofundar a sua religiosidade e conhecer a religiosidade do ser humano no mundo; ser um espaço onde alunos tenham a oportunidade de partilhar suas experiências religiosas, duvidar e questionar, perguntar pelo sentido da vida e do futuro.

O Ensino Religioso é uma disciplina escolar, e seu objetivo não deve ser converter alunos e alunas, nem ensinar a ter fé ou convencê-los a aderirem a uma determinada religião, mas sim estabelecer um diálogo respeitoso com a realidade que nos cerca.

FICHA DO ENTREVISTADO 3

Nome: E3

Idade: 36 anos

Formação acadêmica inicial: Pedagogia (graduação)

Formação acadêmica para ER: Ensino Religioso Escolar e Ciência da Religião (especializações)

Rede privada ou pública de ensino: privada

Ano/série escolar de atuação: Ensino Fundamental II (6º ao 9º) e Ensino Médio

Número de aulas semanais: 19 aulas

Tempo de atuação como professor de ER: 5 anos

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA 3

1) Como surgiu seu interesse por lecionar a disciplina de Ensino Religioso?

Surgiu por meio da participação em pastoral paroquial da religião católica e convite para trabalhar com o mesmo numa escola católica vinculada à igreja (a escola associou o engajamento na comunidade religiosa ao perfil docente ao Ensino Religioso).

2) Quais materiais são seus referenciais para a elaboração do planejamento de Ensino Religioso?

A escola não adota livro ao aluno. Por isso há uma liberdade para construir as aulas com materiais diversos, com apoio de recursos audiovisuais e pesquisas. Abaixo, seguem os principais para o trabalho com os alunos e formação continuada docente:

- ANTUNES, Celso. **Manual de técnicas de dinâmica de grupo, de sensibilização, de ludopedagogia**. 23 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.
- BIGHETO INCONTRI, Dora. BIGHETO, Alessandro. **Todos os Jeitos de Crer. Ensino Inter-religioso**. Volumes 1 a 4. Ensino Fundamental. São Paulo: Ática, 2009.
- DIÁLOGO. **Revista de Ensino Religioso**. São Paulo: Paulinas.
- PARANÁ (Estado). Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. **O Sagrado no Ensino Religioso**. Curitiba, 2008.

- FONAPER. **Parâmetros Curriculares do Ensino Religioso**. São Paulo, Ave Maria, 1997.
- PASSOS, João Décio. **Ensino Religioso; construção de uma proposta**. São Paulo: Paulinas, 2007.
- PASSOS, João Décio; USARSKI, Frank (Org.). **Compêndio de Ciência da Religião**. São Paulo: Paulinas: Paulus, 2013.

3) Segundo sua percepção sobre o ambiente escolar em que leciona, qual é o valor dado pela escola – grupo de professores, orientação pedagógica e direção educacional – para esta disciplina?

O ER encontra-se num período de transição. Gestões anteriores não o assumiram com o seu devido valor à formação integral dos educandos (infelizmente, há histórico de ocupação das aulas no passado para atividades de outras disciplinas). Gradativamente percebe-se mudança na mentalidade da comunidade escolar e compreensão do mesmo como componente curricular no conjunto das demais disciplinas. Este é um desafio que vem sendo conquistado aos poucos.

4) Os conteúdos e habilidades prescritos para sua disciplinas correspondem ao que você acredita ser mais adequado? Faria alguma alteração significativa?

Sim, correspondem em sua maioria. Porém, direcionaria mais os conteúdos para os eixos temáticos integrantes do currículo do ER (culturas religiosas, tradições religiosas, teologias, escrituras e tradições orais sagradas, ritos e ethos), mas o modelo adotado pela escola é o teológico e ele corre o risco de ceder ao proselitismo próprio do modelo catequético de Ensino Religioso e não somente o modelo da Ciência da Religião, ou seja, os conteúdos transitam entre os diversos modelos formando um próprio da escola.

5) Você acredita que haja espaço para o ensino escolar sobre as religiões que não tenha caráter proselitista?

Sim. Porém, nos espaços confessionais não deixará de existir os que defendam a evangelização por meio do ER, principalmente pelo desconhecimento da proposta da Ciência da Religião ou por não existir uma pastoral escolar consolidada.

6) Para você, qual o grande objetivo que o Ensino Religioso deve pretender atingir com seus alunos?

A formação cidadã por meio da reverência ao Transcendente presente no outro, tendo por ferramenta imprescindível o diálogo e respeito aos elementos básicos do fenômeno religioso e as relações entre culturas e tradições religiosas.

FICHA DO ENTREVISTADO 4

Nome: E4

Idade: 33 anos

Formação acadêmica inicial: Licenciatura em Filosofia

Formação acadêmica para ER: Especialização em Ciências da Religião - PUC-SP (cursando)

Rede privada ou pública de ensino: Rede privada

Ano/série escolar de atuação: 9º ano do EF II, 1º e 2º anos do EM

Número de aulas semanais: 9º anos duas aulas; 1º e 2º anos, uma por semana

Tempo de atuação como professor de ER: 5 meses

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA 4

1) Como surgiu seu interesse por lecionar a disciplina de Ensino Religioso?

Na verdade, nunca pensei ou planejei lecionar Ensino Religioso. Sempre trabalhei lecionando filosofia e sociologia. Nos últimos anos também lecionei história. Essas três disciplinas sempre fizeram parte da minha trajetória de sete anos de docência. Entretanto, durante o curso de especialização em Ciências da Religião (2013-2014), e por meio de uma grande amiga, surgiu uma oportunidade de lecionar nessa área de Ensino Religioso. Hoje, contratado, encaro esse desafio de lecionar essa disciplina.

2) Quais materiais são seus referenciais para a elaboração do planejamento de Ensino Religioso?

No colégio Santa Marcelina há um planejamento específico para essa disciplina. Esse documento é seguido pela Rede de Educação Marcelinas. É seguindo a orientação desse documento que planejo minhas aulas.

3) Segundo sua percepção sobre o ambiente escolar em que leciona, qual é o valor dado pela escola – grupo de professores, orientação pedagógica e direção educacional – para esta disciplina?

A escola discursa no sentido de que a disciplina deve possuir as mesmas prerrogativas que outras. Seja da burocracia até o conteúdo pedagógico, o Ensino Religioso deve possuir o mesmo *status* que, por exemplo, a disciplina de física. Os professores possuem uma visão limitada da área, por vezes, até infantil. Isso talvez se deva a atuações anteriores à minha que produziram uma visão medíocre, ou por desconhecimento total do fenômeno religioso como objeto de estudo. A orientação pedagógica e a direção educacional, assim me parece, encaram a disciplina como necessária. Contudo, meu trabalho tem se tornado solitário nas últimas semanas.

- 4) Os conteúdos e habilidades prescritos para sua disciplinas correspondem ao que você acredita ser mais adequado? Faria alguma alteração significativa?

Com cinco meses de trabalho não possuo as ferramentas para avaliar criticamente o planejamento da disciplina. Porém, percebo que o tempo real não condiz com o ideal do documento. O amadurecimento de habilidades depende de tempo, coisa que não tenho devido a carga de conteúdo e os muitos processos avaliativos que devo cumprir. Essa rapidez (ou burocratização da avaliação) não é exclusiva à minha disciplina, mas a todas. Nesse período final do ano (último trimestre) pretendo compreender o que é possível e plausível, para então, sugerir algumas ideias.

- 5) Você acredita que haja espaço para o ensino escolar sobre as religiões que não tenha caráter proselitista?

Sim, acredito que é possível ensinar sobre as religiões sem proselitismo. Entretanto, essa realidade somente seria possível a partir de um entendimento entre professores, coordenadores e diretores. É óbvio que esse convergência dependeria de uma compreensão madura e, minimamente, acadêmica da área. O desafio aqui é justamente encontrar esses elementos nas escolas.

No colégio Santa Marcelina trabalho o Ensino religioso como área do conhecimento. Realizo sempre uma abordagem em consonância com a área de Ciências da Religião. Até o presente momento não encontrei resistência, ao contrário, meu trabalho tem recebido elogios e manifestações de surpresa devido ao conhecimento da profundidade e complexidade do fenômeno religioso.

- 6) Para você, qual o grande objetivo que o Ensino Religioso deve pretender atingir com seus alunos?

Essa é a pergunta de um milhão de dólares. A minha resposta (que não pretende ser única) é direta e fruto de algumas leituras e, principalmente, da minha experiência religiosa.

Para além das leituras de que fiz e faço, a primeira coisa que me vem a cabeça diante desse pergunta é: educar para a transcendência (o mundo não é apenas matéria) e o respeito a diversidade (o mundo se constitui de outros).

FICHA DO ENTREVISTADO 5

Nome: E5

Idade: 53 anos

Formação acadêmica inicial:

Formação acadêmica para ER: Escola Mater Ecclesiae Rio de Janeiro

Rede privada ou pública de ensino: Rede Privada

Ano/série escolar de atuação: 6º e 7º ano – fundamental II

Número de aulas semanais: 16

Tempo de atuação como professora de ER: 20 anos

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA 5

1. Como surgiu seu interesse por lecionar a disciplina de Ensino Religioso?

Desde a adolescência, 12 anos, participava de grupo de estudo bíblico e História da Igreja na comunidade da Paróquia orientada pelos padres missionários do Verbo Divino e pela Irmãs Missionárias Servas do Espírito Santo, na minha cidade de origem. Com 16 anos já lecionava curso de Crisma nas comunidades rurais. Depois, na vida religiosa aprofundei o curso de filosofia e teologia e optei pelo Ensino Religioso e a catequese como meio de pastoral comprometida com a vida do povo, especialmente os mais abandonados.

2. Quais materiais são seus referenciais para a elaboração do planejamento de Ensino Religioso?

PCNs do Ensino Religioso, Lei de Diretriz de Base e alguns temas de livros de Ensino Religioso da Paulus, Paulinas e Vozes.

3. Segundo sua percepção sobre o ambiente escolar em que leciona, qual é o valor dado pela escola – grupo de professores, orientação pedagógica e direção educacional – para esta disciplina?

Faz parte da essência do Colégio, buscando caminhos para uma estruturação.

4. Os conteúdos e habilidades prescritos para sua disciplinas correspondem ao que você acredita ser mais adequado? Faria alguma alteração significativa?

Em termos de conteúdo gosto muito. A dificuldade é atualizar a didática e encontrar uma metodologia atraente para conquistar cada vez mais o público adolescente.

5. Você acredita que haja espaço para o ensino escolar sobre as religiões que não tenha caráter proselitista?

Sim. Por isto acredito numa sociedade transformadora, voltada para a defesa da vida, baseada em valores, direitos e deveres respeitados com fundamento no Ensino Religioso contextualizado e libertador.

6. Para você, qual o grande objetivo que o Ensino Religioso deve pretender atingir com seus alunos?

Uma contribuição para o sentido da vida, a busca da liberdade, da justiça e da verdade. O cuidado consigo mesmo, com o outro, com o universo. A construção do caminho da paz fundamentada na justiça. Ser um cidadão comprometido com os princípios citados para diminuir a distância construída pela injustiça social e um sistema capitalista cruel em detrimento da partilha, da solidariedade e do BEM VIVER. Contribuir com a formação de cidadãos, futuros profissionais comprometidos com o desenvolvimento social e político voltados para a democracia.

FICHA DO ENTREVISTADO 6

Nome: E6

Idade: 52

Formação acadêmica inicial: Letras Português (Licenciatura) e uma boa carga horária em Teologia.

Formação acadêmica para ER: Especialização e Mestrado em Ciências da Religião

Rede privada ou pública de ensino: Privada

Ano/série escolar de atuação: 3º ano do EF

Número de aulas semanais: 2 aulas

Tempo de atuação como professor de ER: 9 anos

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA 6

1) Como surgiu seu interesse por lecionar a disciplina de Ensino Religioso?

O meu interesse pelo Ensino Religioso faz parte de minha própria experiência de vida. Nascida em uma família cristã católica, cujos genitores eram engajados na Igreja local. Depois, fiz uma longa experiência na Vida Religiosa (24 anos) que muito me ajudou tanto no conhecimento e encantamento quanto no amadurecimento de minha fé e no querer partilhá-los com os demais.

2) Quais materiais são seus referenciais para a elaboração do planejamento de Ensino Religioso?

A rede jesuíta de educação tem um programa próprio para o Ensino Religioso que vislumbra a Espiritualidade Inaciana própria à Companhia de Jesus. Portanto, o conteúdo do Ensino Religioso no EI e EFI é conforme a dinâmica da Espiritualidade bebida na fonte dos Exercícios Espirituais de Inácio de Loyola.

3) Segundo sua percepção sobre o ambiente escolar em que leciona, qual é o valor dado pela escola – grupo de professores, orientação pedagógica e direção educacional – para esta disciplina?

No Colégio São Luís, como em toda obra da Companhia de Jesus, o Ensino Religioso tem um caráter de grande importância, uma vez que Inácio de Loyola, ao fundar o primeiro Colégio da Companhia de Jesus, tinha o intuito de evangelizar pela educação. Assim, o Departamento de Formação Cristã é muito

caro ao Colégio São Luís. Procuramos ser fortes no Acadêmico e também na formação humana e espiritual. E o Ensino Religioso, na Companhia de Jesus, abrange tanto a Ciência quanto ao âmbito humano-espiritual.

4) Os conteúdos e habilidades prescritos para sua disciplinas correspondem ao que você acredita ser mais adequado? Faria alguma alteração significativa?

Sim, tanto os conteúdos quanto as habilidades estão de acordo com a faixa etária e são acompanhados por um Assessor de Área que conversa regularmente com cada professor de Ensino Religioso.

5) Você acredita que haja espaço para o ensino escolar sobre as religiões que não tenha caráter proselitista?

O estudo sobre as demais religiões dá-se na 1ª série do EM. No segmento em que trabalho (EFI) refletimos mais sobre os valores humanos e as quatro relações, conforme os Exercícios Espirituais de Inácio de Loyola, o encontrar-se consigo, com o outro, com a criação e as coisas, e com Deus.

6) Para você, qual o grande objetivo que o Ensino Religioso deve pretender atingir com seus alunos?

Na Companhia de Jesus, o grande objetivo, não só do Ensino Religioso, mas da missão jesuítica é o *Magis*: ajudar os estudantes no crescimento das dimensões cognitiva, afetiva, ética, comunitária, social e espiritual e que eles se sintam comprometidos com a justiça e a busca do bem comum. O *Magis* significa preparar-se para o serviço aos demais, ser para o outro e ajudar o outro a ser.

FICHA DO ENTREVISTADO 7

Nome: E7

Idade: 39 anos

Formação acadêmica inicial: Graduação em pedagogia

Formação acadêmica para ER: Pós-Graduação em Ensino Religioso Escolar

Rede privada ou pública de ensino: Privada

Ano/série escolar de atuação: 6^{os} e 8^{os} anos

Número de aulas semanais: 2 aulas semanais

Tempo de atuação como professor de ER: 4 anos.

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA 7

- 1) Como surgiu seu interesse por lecionar a disciplina de Ensino Religioso?

Comecei trabalhando no colégio como professora polivalente das séries iniciais. Lecionava as disciplinas de Português, Matemática, Ciências, Geografia e Ensino Religioso. Era muito difícil dar conta da disciplina de ER, pois faltava base teórica, comecei a fazer a pós para me instruir e melhor ensinar meus alunos.

- 2) Quais materiais são seus referenciais para a elaboração do planejamento de Ensino Religioso?

Em primeira instancia as planilhas de habilidades e conteúdos da disciplina de ER do Colégio Santa Marcelina. Também os livros didáticos de ER que estão no mercado de editoras.

- 3) Segundo sua percepção sobre o ambiente escolar em que leciona, qual é o valor dado pela escola – grupo de professores, orientação pedagógica e direção educacional – para esta disciplina?

As irmãs em geral dão muita importância e valorizam muito disciplina, pois acreditam na força da formação humana. A coordenação pedagógica valoriza

a disciplina enquanto área do conhecimento, mas com algumas ressalvas, a disciplina não pode ser muito exigente, o número de notas vermelhas deve ser mínimo, caso contrário solicita ao professor para rever os conteúdos e os critérios da disciplina. O grupo de professores valoriza a participação de formação humana que a disciplina proporciona aos alunos, contando com a disciplina como uma parceira no desenvolvimento integral do aluno.

- 4) Os conteúdos e habilidades prescritos para sua disciplinas correspondem ao que você acredita ser mais adequado? Faria alguma alteração significativa?

Algumas habilidades são bem significativas e correspondem ao que espero enquanto ER. Porém há muitas habilidades de caráter subjetivo em que o desenvolvimento da mesma só cabe ao aluno, às experiências e valores que acreditam ser mais adequados à sua vida. Com certeza, se eu pudesse faria algumas alterações sim.

- 5) Você acredita que haja espaço para o ensino escolar sobre as religiões que não tenha caráter proselitista?

No colégio em que trabalho esse espaço é muito pouco e restrito. Segundo nosso planejamento as Tradições Religiosas aparecem como conteúdo de trabalho apenas no 1º e 2º ano do ER. Nas séries iniciais o trabalho é de evangelização, que muitas vezes é tratado de maneira direta e indireta pelos professores e irmãs que dão aula.

- 6) Para você, qual o grande objetivo que o Ensino Religioso deve pretender atingir com seus alunos?

Na minha opinião é a alteridade, a capacidade de olhar o diferente seja em condições de desigualdade social ou de religião como grande respeito. Conhecer as outras religiões e de maneira mais aprofundada a sua própria religião, pode possibilitar uma convivência mais harmoniosa entre os seres humanos. Dessa maneira podemos contribuir com a paz em diferentes povos e nações.

